

O avanço dos Estados Unidos para dominar a exploração de terras raras

Venda da Serra Verde por US\$ 2,8 bi teve interferência do governo Trump

A transação entre a USA Rare Earth e a Serra Verde, dona da única mina de terras raras em operação comercial fora da Ásia, foi um passo lógico e previsível da estratégia desenhada pelos EUA em sua ofensiva global para ganhar autonomia e domínio sobre a cadeia de minerais críticos, minando no processo o protagonismo exercido nesta área pela China. **Econômica 4**

O HOJE, 22 anos de jornalismo plural e mediador

Em um mundo digitalizado, como ainda existem jornais em papel? Essa pergunta tem sido recorrente a empresários de comunicação que resistem aos avanços da informação digital. Na história do jornal O HOJE, essa resposta é simples: credibilidade, inovação, pluralidade de ideias e profissionais comprometidos em relatar os fatos acrescidos de análises. Esses são os pilares de sustentação do jornal O HOJE desde a sua primeira edição, em 23 de abril de 2004. Por isso, nestes 22 anos de existência, por maiores que tenham sido os desafios e obstáculos nessa jornada, o jornal nunca deixou seus leitores sem informações do cotidiano.

Mais de duas décadas se passaram, muitos se foram e muitos estão presentes e testemunham uma marca que se multiplica além do impresso. Avança nas plataformas digitais e se aproxima de uma TV por streaming com notícias e análises dos fatos mais relevantes de Goiás, do País e do mundo. Assim como os algoritmos vieram para unir as pessoas, o grupo O HOJE também viaja pelo digital e entrega ao leitor-es-

pectador informação relevante para a compreensão do cotidiano.

Desse modo, o jornal O HOJE espelha o jornalismo contemporâneo, sempre com um passo à frente, e demarca sua história iniciada com jornalismo assertivo e sintonizado com o interesse público. A informação e análise são mostradas por inteiro, sem arroubos e clareza. Essa é a essência que mantém o Grupo O HOJE vivo, atualizado e parceiro da evolução humana, empresarial e política.

Esse encontro cotidiano com leitores do jornal impresso, no portal de notícias ohoje.com, Instagram, TikTok e no X é o combustível que move nossa força. Essa soma de esforços para levar o melhor conteúdo, seja por meio de vídeos, no portal de notícias e smartphones, é nosso compromisso. Esse pacto firmado há 22 anos não tem recuo ou desvio de seus princípios em dar voz a todos os segmentos. Esteja onde estiver, o Grupo O HOJE seguirá como mediador dos anseios políticos, da defesa dos meios produtivos e dando voz aos mais vulneráveis.

Goiás vai ao STF por royalties do petróleo ao Estado

O Governo de Goiás intensificou, nos últimos dias, a articulação junto ao Supremo Tribunal Federal para tentar evitar perdas expressivas na divisão dos royalties do petróleo. Daniel Vilela deve ir a Brasília acompanhado do PGE Rafael Arruda. **Política 7**

Paulinho da Força quer derrubar veto à redução de penas

O Congresso Nacional deve analisar e votar no próximo dia 30 de maio a proposta da dosimetria das penas dos condenados pelo 8 de janeiro. Governo Lula é contra derrubar o veto, mas a oposição tenta reverter decisão. **Política 6**



Iron Braz

Casos de SRAG crescem e somam 2,7 mil em 2026

O avanço da Síndrome Respiratória Aguda Grave em Goiás tem maior concentração em crianças, que representam a maioria das ocorrências registradas. **Cidades 9**

“Cabe ao Planalto interlocução com outros países”

Ao assinar documento de intenção sobre minerais críticos com os EUA, Caiado cutucou a gestão Lula e levantou o debate sobre o poder da União. **Política 5**



ANDRÉA MARIA E GRAZIELE CABRAL
Assédio sexual no ambiente de trabalho

DIEGO AMARAL
A conta bilionária da escala 5x2 e o caos jurídico que o Congresso ignora
Opinião 3

PT deve definir nome ao governo até dia 20 de maio

O Cronograma do Partido dos Trabalhadores estabelece prazo de definição. Pré-candidatos avaliam pouco avanço nas conversas internas da legenda. **Política 2**

PRF apreende maior carga de tirzepatida em GO

A Polícia Rodoviária Federal apreendeu 1.717 ampolas de Tirzepatida TG na tarde de quinta-feira (23), durante fiscalização no km 255 da BR-050, em Catalão. A ocorrência configura a maior retenção desse tipo de medicamento já registrada pela corporação no Estado. Os produtos estavam em um Fiat Argo com um homem de 42 anos. **Cidades 10**



Joabe Mendonça

Monumentos de Goiânia vão contar com reformas estruturais depois de quase 20 anos da construção em obras que custarão R\$ 817 mil à prefeitura. **Cidades 11**

LEIA NAS COLUNAS

Xadrez: População brasileira e goiana ainda ignora a movimentação eleitoral
Política 2

Jurídica: Presidente do STF destaca a necessidade de políticas de inclusão para autista
Cidades 10

Livraria: Cirurgião plástico assina suspense de alto risco com DNA cinematográfico
Essência 14



Xadrez
Wilson Silvestre

(62) 99314-0518 | (61) 99613-6831

xadrez@ohoje.com.br

Com Nilson Gomes-Carneiro e Bruno Costa

Valcenor resiste – Paulo Vitor (União Brasil) já se movimenta de olho em uma vaga no TCM-GO. Valcenor Braz, hoje com 72 anos, resiste à aposentadoria, mas terá que deixar o cargo até 2029, quando completará 75 anos. O calendário coincide com o fim do mandato do prefeito.

População ainda ignora a movimentação eleitoral

A julgar pela reação da população, nem parece que, daqui a cinco meses e uns dias, acontece a corrida às urnas para eleger presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. O alarido que se vê é entre os pré-candidatos, a mídia especializada em política e os interessados em futuros cargos. O único evento que despertou alguma atenção foi a dança das siglas com a ‘janela’ partidária. Muitos dos deputados que vão disputar a reeleição migraram para outros partidos. No entanto, o fato que mais chama a atenção é a indiferença da população com a política e os políticos. Agem como se não fosse um ano eleitoral que tem tudo para mudar a situação do País.

No quesito pré-candidatos a governador, principalmente em Goiás, o que tem a agenda mais movimentada é o governador Daniel Vilela (MDB), que busca a reeleição. Dos dois adversários de Daniel, o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) é o que mantém uma agenda política mais intensa. Seu foco é aglutinar o maior número de aliados novos e antigos que estão ‘desgarrados’ da esfera de poder. Sua comunicação política ainda está restrita a uma combinação presencial em reuniões e conversas sobre estratégias desenvolvimentistas em área como redução, infraestrutura, ambiente de negócios e inovação tecnológica.

Outro adversário de Daniel na corrida ao Palácio das Esmeraldas, o senador Wilder Moraes (PL), dedica sua agenda em encontros regionais

do Rota 22, promovidos pelo PL, e reuniões com lideranças. Detalhe: em quase todas as manifestações do partido, a pré-candidata a vice, Ana Paula Rezende (PL), tem sido uma surpresa para as lideranças que não a conheciam. Ana Paula mantém o discurso atualizado, mostra que conhece as demandas de cada município visitado e, por óbvio, é reconhecida como uma herdeira política do pai Iris e da mãe Íris.



Teoria da conspiração entre Zema e Gilmar

Vivemos tempos de embates entre os poderes e polarização política, por isso, o que mais tem são teorias da conspiração e teses sobre os postulantes a presidente da República. Nesta sexta-feira (24), a coluna conversou com um experiente advogado de Brasília sobre os bastidores do STF e do Congresso. A pergunta foi sobre a ‘treta’ entre o ministro Gilmar Mendes e o ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo). “O que se houve entre políticos e advogados é que tudo não passa de uma cortina de fumaça para desviar as atenções para Zema e esvaziar o crescimento de Flávio Bolsonaro (PL).” Quadra estranha essa da vida política brasileira. Ah, o advogado pediu anonimato por motivos óbvios.

Toffoli respira

Nos últimos dias, o ministro Dias Toffoli ganhou um respiro. Com o embate entre Gilmar Mendes e Romeu Zema (Novo) dominando o noticiário, seu envolvimento com o Banco Master foi esquecido, ao menos por ora. A expectativa agora recai sobre uma possível delação de Daniel Vorcaro.

Se eu contar...

Preso preventivamente no Caso Master, o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, tem dito a aliados que não ficará sozinho. Afirma ter provas que podem atingir caciques do Centro, especialmente do PP e do União Brasil. É bom o ex-governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), aumentar o estoque do chá de camomila.

Embate na direita

Estrategistas políticos de Ronaldo Caiado (PSD) e de Romeu Zema (Novo) avaliam que o embate eleitoral no primeiro turno não será com o presidente Lula (PT), mas entre eles. Nessa equação, Flávio Bolsonaro seria o maior canibalizado em termos de votos, isto porque Caiado e Zema não têm poupado Lula e o STF, algo que Flávio não faz.

SD-PRD na chuva

A nominata de deputado federal da federação PRD-Solidariedade ficou na chuva e agora come poeira após a saída de Bruno Peixoto (União Brasil). O que era para ser uma robusta federação foi desidratada. Gabriela Rodart migrou para o Podemos e a ex-vice-prefeita de Quirinópolis, Tia Nicola, também pulou fora. Tem que benzer!



Doutores da Faculdade Instagram dominam Constituição e terras raras

As mídias sociais elevaram o padrão do Brasil no ensino superior. Simplesmente todo mundo é graduado em tudo, doutor em quase tudo e de verdade de quase nada. Especialistas em Direito Minerário e geologia estão postando suas opiniões qualificadas do debate entre o presidente Lula (PT) e o ex-governador Ronaldo Caiado (PSD). O goiano diz que o petista não sabe o que são terras raras, mas é exceção: simplesmente mais de 200 milhões de brasileiros conhecem tudo dos 15 lantanídeos (cério, disprósio, érbio, európio, gadolínio, hólmio, itérbio, lantânio, lutécio, neodímio, praseodímio, promécio, samário, térbio, túlio), além de escândio e ítrio. Uns dizem que são tão familiarizados com os minerais que batizaram o caçula de Lutécio, a menina de Samária e chamam os adversários políticos de gadolínio.

Na área jurídica, decoraram que o inciso IX do artigo 20 da Constituição Federal considera bens da União os recursos minerais, inclusive os do subsolo. Outros rebatem com o XI do 23, que fala da competência concorrente de União, Estados (DF inclusive) e municípios para “registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios”.

Essas sumidades das mídias digitais garantem que, por isso, Lula vai desfazer a venda das terras raras de Minaçu, no Norte de Goiás, para uma empresa dos Estados Unidos. Sabem de nada, inocentes e culpados. Os dois pré-candidatos apenas estão surfando na onda e aproveitando para deixar Flávio Bolsonaro (PL) e Romeu Zema (Novo) fora do tema. **(Especial para O HOJE)**

PT goiano deve definir nome ao governo estadual até 20 de maio

Cronograma do partido estabelece prazo de definição; pré-candidatos avaliam pouco avanço nas conversas internas da legenda

Thiago Borges

A direção do PT em Goiás estabeleceu o próximo dia 20 de maio como prazo para definir o nome que irá disputar o governo estadual em outubro. A data consta em documento interno da sigla, obtido pela reportagem do O HOJE, que organiza o calendário de articulação e montagem das chapas majoritária e proporcional no Estado. Apesar da formalização do cronograma, lideranças petistas admitem que o processo de definição do pré-candidato ao Palácio das Esmeraldas ainda patina e está longe de um consenso.

No ofício enviado à direção local, a Secretaria de Organização Estadual do PT reforçou a necessidade de que todas as definições sejam concluídas dentro do prazo estabelecido junto à executiva nacional petista, com a justificativa de que mais tempo pode prejudicar a competitividade eleitoral e beneficiar adversários que já se movimentam no Estado.

O cronograma prevê, além do prazo final para aprovação das chapas, no dia 20 de maio,

que os “ajustes finais e consolidação para envio às instâncias superiores” aconteçam até 30 de maio. A orientação é de que conflitos internos sejam resolvidos até a data limite e evitar prorrogações.

Partido pouco avançou

Apesar do cronograma estabelecido, o partido pouco avançou na definição de um nome para disputar o Governo do Estado. Conforme apurado pela reportagem, uma possível composição com o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) esfriou. O tucano não demonstra entusiasmo em compor com a legenda em Goiás. Publicamente, Marconi sempre refutou a ideia de receber apoio da legenda. Além das diferenças ideológicas, há o entendimento de que o partido pode prejudicar o ex-chefe do Executivo estadual na tentativa de diminuir a rejeição entre o eleitorado goiano.

O ritmo das articulações desagrada parte dos pré-candidatos. O jornalista e ex-presidente do Sindicato de Jornalistas de Goiás (Sindjor), Cláudio Curado, afirma que o de-



A data consta em documento interno da sigla, obtido pela reportagem do O HOJE

bate interno ainda não avançou. “Tudo parado no PT. A única reunião foi em 2 de fevereiro”, diz Curado ao O HOJE. Segundo o pré-candidato apoiado pelo grupo político do deputado estadual Mauro Rubem, a expectativa é que as discus-

sões ganhem tração após o 8º Congresso Nacional do partido, que ocorre neste fim de semana em Brasília.

A leitura é semelhante à do advogado Valério Luiz, também cotado para disputar o Executivo estadual pela legenda. Valério avalia que as conversas não evoluíram. “O PT expediu um documento com um cronograma, mas conversas mesmo não progrediram. Também não se apresentou nenhuma outra pré-candidatura”, afirma à reportagem do O HOJE. O advogado é apoiado pelo vereador Fabrício Rosa.

Por outro lado, o ex-deputado estadual Luis Cesar Bueno sustenta que o processo segue dentro do planejado. “A direção estadual estabeleceu um calendário de articulação. Estamos construindo um palanque forte para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Goiás”, diz. Segundo o pré-candidato, a presidente estadual do partido, a deputada federal Adriana Accorsi, coordena as negociações, que também irão passar por definições estratégicas debatidas no congresso nacional da sigla. **(Especial para O HOJE)**

Assédio sexual no ambiente de trabalho

Andréa Maria Zattar e Grazielle Cabral

O ambiente de trabalho, frequentemente associado ao crescimento e à ascensão profissional, também pode ser espaço de discriminação, abusos, importunações e assédio, tanto moral quanto sexual.

Em 2025, a Justiça do Trabalho registrou 12.813 novos processos envolvendo assédio sexual, um aumento de 40% em relação ao ano anterior.

Os números apontam crescimento, mas estão longe de refletir a dimensão real do problema. Muitos casos permanecem restritos ao ambiente de trabalho e sequer chegam ao Judiciário.

Embora a prática atinja majoritariamente mulheres, não se limita a elas. Homens também figuram como vítimas, o que reforça que o fenômeno não se explica apenas por gênero, mas por relações de poder, vulnerabilidade e ambiente organizacional permissivo.

O dever do empregador não se restringe à organização da atividade produtiva. Envolve a gestão das condições de segurança e saúde no trabalho, o que inclui a prevenção de condutas abusivas.

Cabe à empresa adotar medidas concretas para coibir o abuso de poder nas relações de trabalho e impedir práticas de assédio moral e sexual. A omissão nesse dever configura violação ao dever objetivo de cuidado e revela conduta culposa, com repercussões jurídicas.

No plano conceitual, é necessário distinguir institutos que não se confundem.

O assédio sexual possui natureza específica e está tipificado como crime. Consiste em constranger alguém com o objetivo de obter vantagem ou favorecimento sexual, valendo-se de posição de superioridade hierárquica ou ascendência funcional. Já a importunação sexual refere-se à prática de atos libidinosos sem consentimento, como toques, apalpamentos ou outras condutas de natureza física.

O assédio moral tem natureza própria e não se confunde com o assédio sexual. É caracterizado pela repetição de condutas que degradam o ambiente de trabalho e atingem a dignidade do trabalhador ao longo do tempo. O assédio sexual, por sua vez, pode se configurar a partir de um único ato, desde que haja investida de cunho sexual indesejada e potencialmente intimidatória.

O assédio sexual pode assumir diferentes formas. Há situações em que se manifesta por chantagem, quando vantagens ou prejuízos profissionais são condicionados à aceitação de investidas de natureza sexual. Em outras, ocorre por intimidação, por meio de comentários, gestos, insinuações ou contatos físicos indesejados que constroem a vítima.

Pode ocorrer de forma vertical, a partir de superior hierárquico, mas também de forma horizontal, entre colegas de trabalho. Em ambos os casos, a motivação sexual associada à violação da liberdade e da dignidade da vítima é o elemento central.

Embora o assédio sexual seja tipificado como crime e submetido à competência da Justiça

Comum, seus efeitos alcançam diretamente o Direito do Trabalho.

A conduta pode caracterizar falta grave do empregador, ensejando a rescisão indireta do contrato de trabalho, nos termos do artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nessa hipótese, a vítima pode extinguir o vínculo e receber as verbas rescisórias devidas como se dispensada sem justa causa.

Além disso, a prática configura ato lesivo à honra e à dignidade, autorizando a reparação por dano moral, com fundamento no artigo 927 do Código Civil. A competência para análise dessa pretensão é da Justiça do Trabalho, uma vez que o dano decorre da relação de trabalho.

Importa destacar que, embora a configuração do crime no âmbito penal exija relação hierárquica, a responsabilidade civil trabalhista não se limita a essa hipótese. O assédio praticado entre colegas também gera dever de reparação, sendo a empresa responsável pelos atos de seus prepostos, com possibilidade de ação regressiva contra o agente.

A prova do assédio sexual apresenta desafios específicos. Em regra, a conduta ocorre em ambientes reservados, sem testemunhas diretas, o que exige uma análise que vá além da prova tradicional. Mensagens, áudios, registros de ligações e outros elementos digitais assumem papel relevante.

Nesse contexto, ganha importância a análise do conjunto probatório por meio de indícios convergentes. A constelação de indícios permite a reconstrução dos fatos a partir de elementos que, analisados em conjunto, revelam coerência.

Também se mostra relevante a aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, que orienta a análise das provas a partir das assimetrias presentes nas relações de trabalho, evitando interpretações que reforcem o silêncio ou a revitimização.

O enfrentamento do assédio sexual não pode se limitar à atuação do Poder Judiciário. É necessário que as empresas adotem uma postura ativa, com mecanismos efetivos de prevenção, canais seguros de denúncia e resposta adequada diante de qualquer indício de abuso.

A ausência dessas medidas permite que a prática se mantenha no ambiente de trabalho e continue produzindo efeitos sobre a liberdade, a dignidade e a saúde do trabalhador.



Andréa Maria Zattar é advogada trabalhista e membro da Associação das Mulheres de Carreira Jurídica



Grazielle Cabral é juíza do Trabalho da 23ª Região (TRT-23) e professora

A conta bilionária da escala 5x2 e o caos jurídico que o Congresso ignora

Diego Amaral

O mercado imobiliário brasileiro, do canteiro de obras à gestão de ativos, está sob fogo cruzado após o parecer favorável na CCJ da Câmara às PECs que extinguem a escala 6x1. Ao avançar com a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais e a imposição da escala 5x2, o Legislativo flerta com uma ruptura contratual de proporções sistêmicas.

Para o setor, o impacto não é meramente financeiro, pois trata-se de uma questão de insegurança jurídica estrutural. A alteração abrupta da jornada constitucional atinge em cheio o princípio da pacta sunt servanda e a previsibilidade dos contratos de longo prazo que são típicos da incorporação e construção civil.

O risco de uma explosão de demandas trabalhistas é iminente, uma vez que a transição forçada abre margem para questionamentos sobre o recálculo de horas extras, a validade de regimes de compensação de jornada já homologados e a eficácia de convenções coletivas que levaram anos para serem equilibradas.

Sob a ótica do Direito do Trabalho, a imposição de um modelo rígido de 40 horas sem uma modulação de efeitos precisa é um convite à judicialização predatória. No canteiro de obras, local onde o cronograma é o fiel da balança, o vazio operacional de dois dias de descanso obrigatórios obrigará as empresas a uma reestruturação de turnos que fatalmente elevará o passivo trabalhista oculto, especialmente no que tange aos intervalos inter-

jornadas e repouso semanais remunerados.

O parecer do deputado Paulo Azi, embora mencione a necessidade de transição, não resolve a vulnerabilidade das empresas diante do Judiciário, que historicamente tende a interpretar mudanças legislativas de forma protetiva ao empregado e muitas vezes ignora a capacidade de absorção dos setores econômicos.

Além disso, o reflexo jurídico se estende aos contratos de compra e venda e incorporação. O aumento real do custo da mão de obra e a extensão compulsória dos prazos de obra, decorrentes da menor disponibilidade de horas trabalhadas, podem gerar uma avalanche de pedidos de revisão contratual e atrasos nas entregas. Para o consumidor, a conta é clara, pois o metro quadrado encarecerá para suportar o novo custo operacional e os riscos de litígio.

Se o Congresso não instituir uma blindagem jurídica clara contra a retroatividade das normas e não assegurar uma desoneração real da folha de pagamentos, a nova jornada de trabalho será o marco da paralisia imobiliária. O que está em jogo na Comissão Especial não é apenas o descanso do trabalhador, mas a estabilidade das relações jurídicas que permitem ao Brasil continuar construindo.



Diego Amaral é advogado e ex-vice-presidente da Escola Superior da Advocacia (ESA-GO)

CARTA DO LEITOR

Juntos contra o suicídio

Hoje irei abordar um tema de extrema importância e que preocupa muito: o suicídio. São registrados cerca de 12 mil suicídios todos os anos no Brasil e mais de 16 milhões no mundo. Trata-se de uma triste realidade, que registra cada vez mais casos, principalmente entre os jovens. Cerca de 96,8% dos casos de suicídio estavam relacionados a transtornos mentais. Em primeiro lugar está a depressão, seguida do transtorno bipolar e abuso de substâncias. Por isso, se você conhecer alguém que já tentou ou pensa em cometer, ajude esta pessoa e se possível leve ela até um profissional.

Rogério Silva
Goiânia

CONTA PONTO

“Vamos evitar grandes eventos nos próximos dias. Lula não vai tomar medicamento. Ficou uma ferida cirúrgica e é esperar cicatrizar, o que deve demorar um mês. O cuidado agora é curativo, usar chapéu e tocar a vida normal dele”

Ricardo Kalil, médico cirurgião, ao explicar o procedimento cirúrgico ao qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi submetido na manhã desta sexta-feira (24), em São Paulo, para retirada de uma lesão do couro cabeludo. Segundo Kalil, que acompanha Lula, correu tudo bem, sem nenhuma intercorrência. “Ele deverá permanecer mais algumas horas no hospital e deve ir para casa hoje”, disse o médico. A cirurgia foi feita pela médica Cristina Abdala, com retirada de pele na região da cabeça. “Foi uma lesão de pele. É muito comum, é a mais comum que tem no mundo”, conta Kalil. “É uma lesão de pele que vem da exposição solar.” (ABR)

INTERAJA CONOSCO



@jornalohoje

O Governo de Goiás anunciou uma nova etapa do programa Goiás em Movimento Municípios, que vai beneficiar 126 cidades com obras de recuperação asfáltica e sinalização urbana. Ao todo, serão investidos R\$ 165,5 milhões, com execução da Goinfra em parceria com as prefeituras. As intervenções incluem reparos superficiais e profundos, além da aplicação de nova capa asfáltica e sinalização horizontal. Os trechos atendidos são indicados pelos próprios municípios, sem custos para as administrações locais, já que o Estado fica responsável por todo o processo, desde a licitação até a execução das obras. Leia a matéria completa em ohoje.com.



@g.ohoje

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, participou do programa “Bom Dia, Ministro” que ocorreu nesta sexta-feira (24). Ao ser questionado pelo jornal O HOJE sobre qual é a aposta do Brasil para avançar na transição energética global e sobre parcerias com países referências na área como a China, o ministro ressaltou a qualidade do país asiático, mas pontuou questões negativas sobre a produtividade chinesa que prejudicam a competitividade. Leia a matéria completa em ohoje.com. Curtiu a publicação o leitor.



Walério Santiago
(@sirianowalerio)

Aos colaboradores do O Hoje: Artigos para este espaço devem conter no máximo 4.000 caracteres e também podem ser divulgados no portal **ohoje.com**. São analisados os textos enviados, com foto e assinatura, para editor@ohoje.com.br. Cartas não podem ultrapassar 800 caracteres e o endereço para envio é o mesmo dos artigos. Mais informações podem ser obtidas pelo (62) 3095-8742.

Marcelo Camargo/ABR



Especialistas alertam para risco de valorização dos imóveis e reforçam importância de analisar contratos e condições

Minha Casa, Minha Vida amplia alcance da classe média ao mercado

Renata Ferraz

As novas regras do programa Minha Casa, Minha Vida já estão em vigor e começam a impactar diretamente o mercado imobiliário. Desde esta semana, instituições como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil passaram a operar com os novos limites, que ampliam o acesso ao crédito habitacional.

Na prática, o programa agora contempla famílias com renda mensal de até R\$ 13 mil e permite o financiamento de imóveis de até R\$ 600 mil, reposicionando a iniciativa como alternativa também para a classe média, que vinha enfrentando dificuldades para financiar a casa própria diante dos juros elevados.

A principal mudança está na atualização das faixas de renda, que amplia o público atendido. A faixa 1 passou a incluir famílias com renda de até R\$ 3.200, enquanto a faixa 2 foi ajustada para até R\$ 5 mil. Já a faixa 3 subiu para R\$ 9.600 e a faixa 4, mais recente, alcança agora rendas de até R\$ 13 mil. Com isso, famílias que antes estavam fora do programa passam a ter acesso a condições mais favoráveis de financiamento.

Além disso, o teto dos imóveis também foi elevado. Nas faixas iniciais, os valores variam entre R\$ 210 mil e R\$ 275 mil, dependendo da região. Já na faixa 3, o limite subiu para R\$ 400 mil, enquanto na faixa 4 chega a R\$ 600 mil. A mudança amplia significativamente o tipo de imóvel disponível dentro do programa e permite que compradores acessem empreendimentos de padrão mais elevado, o que deve estimular novos lançamentos no setor.

A reformulação ocorre em um cenário de crédito caro fora do programa, influenciado pela Taxa Selic, que permaneceu em patamares elevados nos últimos meses. Esse contexto dificultou o financiamento tradicional, principalmente para a classe média, que ficou “travada” no mercado imobiliário. Para o advogado especialista em Direito Imobiliário, Diego Amaral, a ampliação do programa traz segurança ao comprador. “Sem dúvida nenhuma, a entrada em vigor dos novos limites traz para o programa uma faixa da população que se enquadrava dentro da classe média. Os juros do Minha Casa, Minha Vida são mais baixos do que os praticados no mercado, o que garante previsibilidade para quem quer adquirir um imóvel.” (Especial para O HOJE)



Econômica

Lauro Veiga Filho

| economica@ohoje.com.br

O avanço dos EUA para dominar a exploração de terras raras no Brasil

A estratégia está nitidamente desenhada e já deveria ter acendido todos os sinais de alerta de autoridades, da academia e de todos aqueles que se preocupam com as possibilidades de o País um dia ainda realizar seus projetos mais caros de desenvolvimento autônomo, deixando para trás uma longa trajetória de entrega de suas riquezas a outras nações, sempre a preços de final de feira. A transação envolvendo a USA Rare Earth e a Mineração Serra Verde, dona da única mina de terras raras em operação comercial fora da Ásia, foi um passo lógico e previsível da estratégia desenhada pelo governo dos Estados Unidos em sua ofensiva global para ganhar autonomia e domínio sobre a cadeia de minerais críticos, minando no processo o protagonismo exercido nesta área pela China.

O que parece desprovido de lógica tem sido a reação limitada de autoridades do setor, enquanto governantes e ex-governantes equivocados (ou entreguistas, numa definição mais apropriada) aplaudem as pretensões essencialmente imperialistas do governo estadunidense. Para lembrar, a mineradora Serra Verde surge em 2010, num empreendimento inicialmente bancado pela Denham Capital, empresa de private equity com foco em energia e recursos naturais e escritórios em Boston, Houston, Jersey City e Londres. Em janeiro de 2023, juntaram-se ao negócio os fundos Vision Blue Resources, sediado em Guernsey, nas Ilhas do Canal, no Reino Unido, e a Energy & Minerals Group, empresa de investimentos privada sediada em Houston (EUA), numa injeção de US\$ 150,0 milhões.

Claramente, a Serra Verde jamais foi uma operação brasileira e nunca foi uma empresa nacional. A operação comercial na mina Pela Ema, em Minaçu, foi iniciada em 2024, num investimento inicial de aproximadamente US\$ 1,1 bilhão, registrando ainda a participação do fundo Orion

Resource Partners, sediado em Nova York, mas com negócios no Reino Unido, Austrália e Abu Dhabi. Vale dizer, sem qualquer compromisso ou relação com interesses nacionais.

Em sua primeira fase, a mineradora espera produzir em média algo como 6,4 mil toneladas de óxidos de terras raras, incluindo os elementos disprósio (Dy), térbio (Tb), neodímio (Nd) e praseodímio (Pr), estratégicos na fabricação de ímãs permanentes usados em motores de veículos elétricos, geradores de turbinas eólicas, equipamentos eletrônicos e de defesa. A capacidade plena deverá ser alcançada no próximo ano, com perspectiva de dobrar a produção de minério bruto na segunda etapa do projeto.

A operação

A venda da Serra Verde, num negócio de US\$ 2,8 bilhões, foi antecedida de uma série de operações com interferência direta de órgãos e representantes do governo estadunidense, numa clara ofensiva para direcionar o negócio de acordo com os interesses daquele país. Em janeiro deste ano, a USA Rare Earth anunciou um pacote de financiamento de US\$ 1,6 bilhão a ser concedido pelo governo dos EUA, que passaria a assumir 10% do capital da mineradora instalada em Stillwater, Oklahoma, além do repasse de US\$ 277,0 milhões em recursos federais para turbinar a operação da companhia e incrementar a cadeia de minerais críticos naquele país. Em fevereiro, a própria Serra Verde fechou acordo de financiamento no valor de US\$ 565,0 milhões com a US International Finance Corporation (DFC), agência oficial de financiamento ao desenvolvimento do governo dos EUA, criada em 2019. Detalhe: o acordo com a DFC inclui a opção de o governo estadunidense assumir participação minoritária direta na mineradora, com poderes para influir em suas decisões.

BALANÇO

❖ O pacote fechado com a agência contempla ainda o compromisso de venda de toda a produção durante 15 anos para uma empresa de propósito especial com apoio de agências do governo dos EUA e ainda participação de capital privado. O contrato não define obrigações em relação à internalização das etapas de refino e separação das terras raras aqui dentro, o que contribuiria para a formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento industrial num setor central para a transição energética.

❖ Além disso, a compra da Serra Verde pela USA Rare Earth foi intermediada pela Cantor Fitzgerald, uma empresa também sediada em Nova York e especializada na prestação de serviços financeiros a instituições e grandes corporações. A companhia faz parte de um seleto grupo formado por 24 corretoras autorizadas a negociar títulos do governo dos EUA com o braço nova-iorquino do Federal Reserve (o banco central estadunidense).

❖ O atual presidente da Cantor, Brandon Lutnick, é filho do atual secretário de comércio dos EUA, Howard Lutnick, ele próprio CEO e Chairman da Cantor Fitzgerald desde antes dos ataques de 11 de setembro de 2001. Não por coincidência, o Departamento de Comércio e a DFC em geral atuam em conjunto na promoção e defesa dos interesses econômicos dos EUA. Parece nítido, no mínimo, um conflito de interesses no caso, um dos pontos

que tem sido largamente criticado pela oposição ao governo de Donald Trump no Congresso.

❖ Numa conta que considera as operações já anunciadas, apenas o governo dos EUA deverá injetar ou já aportou perto de US\$ 2,442 bilhões entre empréstimos e repasse federais à USA Rare Earth e à Serra Verde mais diretamente. Ao câmbio atual, a alocação de recursos públicos apenas na exploração de terras raras aproxima-se de R\$ 12,204 bilhões.

❖ Dificilmente o Brasil conseguirá impor seus interesses no setor sem uma interferência mais direta do setor público, seja por meio de uma regulação mais dura, impedindo a dispersão de recursos naturais e obrigando a agregação de valor internamente, seja por meio da criação de uma empresa pública que responderia pela exploração, processamento e refino de minerais críticos, a exemplo das terras raras, mas também do lítio e outros igualmente estratégicos.

❖ Esse tipo de proposta tem sofrido ataques de instituições do setor mineral e de áreas mais identificadas com a direita na política, numa crítica que carrega muito de hipocrisia quando se considera a atuação direta do governo dos EUA, a exemplo de sua participação na venda da Serra Verde. Um histórico recente traçado pela agência Forbes Money, que nada tem de “estatizante”, mostra que a Casa Branca, em setembro

do ano passado, demonstrou seu interesse em assumir participação na Lithium Americas, no curso do processo de renegociação de um empréstimo de US\$ 2,2 bilhões com o Departamento de Energia (similar ao Ministério de Minas e Energia no Brasil) para instalação de um mina de lítio em Nevada (EUA).

❖ No mês seguinte, a administração Trump anunciou investimento na mineradora canadense Trilogy Metals, num aporte de US\$ 35,6 milhões para exploração mineral no Alasca, assumindo uma fatia de 10% no capital da empresa. Em dezembro, a Korea Zinc, maior fundição de zinco do globo, anunciou investimentos de US\$ 7,4 bilhões na instalação de um planta de minerais críticos em Clarksville, no Estado de Tennessee (EUA). O detalhe é que o Departamento de Defesa, por meio do Pentágono, deverá assumir participação de 40% na nova unidade de fundição.

❖ Também recentemente o governo do México declarou o lítio um mineral estratégico e nacionalizou sua exploração, enquanto mantém suspensas todas as novas concessões de lavra em geral desde o governo de Andrés Manuel López Obrador (2018-2024). Em resumo, caso abra mão de uma participação direta no setor, o governo brasileiro estará remando na contramão de uma tendência global, que envolve especificamente a nação mais liberal do planeta. (Especial para O HOJE)

LEILÃO DE IMÓVEL
Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
 Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG

1º LEILÃO: 04/05/2026 - 10:20h - 2º LEILÃO: 06/05/2026 - 10:20h

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cláudia Maria da Mota Passan**, CPF: 746.127.278-40, RG: 482-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-Lei nº 21.981/32, levará a LEILÃO PÚBLICO de modo online o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL:** Apartamento de nº 132, Residencial Ilha Flamboyant, construído na fração ideal de 1,1892% do lote de terras de nº 1, da quadra C-9-A, situado na Avenida H e Rua 14, no Jardim Goiás, Goiás/GO, com a área privativa de 85.000m², área comum coberta de 17.219m², área comum descoberta de 19.635m² e área total de 121.854m². Imóvel objeto da Matrícula CNM: 026054.2.0065518-66 (transitada da Matrícula nº 65.518 do Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição da Comarca de Goiânia/GO. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. **DATA DOS LEILÕES:** 1º Leilão: dia 04/05/2026, às 10:20 horas, e 2º Leilão dia 06/05/2026, às 10:20 horas. **LOCAL:** Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402 - Estoril - CEP 30494-080 - Belo Horizonte/MG. **DEVEDORES FIDUCIÁRIOS:** PATRÍCIA LELIA VIEIRA BRASIL, brasileira, médica, solteira, nascida em 12/08/1979, RG: 14545381 SSP/AM, CPF: 517.745.262-04, declara conviver em união estável sob o regime de completa e absoluta separação de bens, residente e domiciliada na Rua Guatemala nº 763, apto 45, Bairro Guilhermina, Praia Grande/SP, CEP: 11702-040. **CREADOR FIDUCIÁRIO:** Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01. **DO PAGAMENTO:** O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES:** 1º Leilão: R\$ 521.889,76 (seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos); 2º Leilão: R\$ 521.889,76 (seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos). **Observações:** Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.francoleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilitar-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desfazimento do negócio: (i) estar com seu CPF / CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.813/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documental, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acasos necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrá por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, o distribuído antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente expendidos pelo arrematante à título de despesas de domínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja a arrematação do imóvel. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.francoleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilitar-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desfazimento do negócio: (i) estar com seu CPF / CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.813/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documental, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acasos necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrá por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, o distribuído antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente expendidos pelo arrematante à título de despesas de domínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja a arrematação do imóvel. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.francoleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilitar-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desfazimento do negócio: (i) estar com seu CPF / CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.813/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documental, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acasos necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrá por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, o distribuído antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente expendidos pelo arrematante à título de despesas de domínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja a arrematação do imóvel. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.francoleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilitar-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desfazimento do negócio: (i) estar com seu CPF / CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.813/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documental, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acasos necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrá por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, o distribuído antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente expendidos pelo arrematante à título de despesas de domínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja a arrematação do imóvel. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.francoleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilitar-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desfazimento do negócio: (i) estar com seu CPF / CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.813/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documental, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acasos necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrá por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, o distribuído antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente expendidos pelo arrematante à título de despesas de domínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja a arrematação do imóvel. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.francoleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilitar-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desfazimento do negócio: (i) estar com seu CPF / CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.813/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documental, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acasos necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrá por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, o distribuído antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente expendidos pelo arrematante à título de despesas de domínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja a arrematação do imóvel. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.francoleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilitar-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desfazimento do negócio: (i) estar com seu CPF / CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.813/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documental, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acasos necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrá por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, o distribuído antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, ou o leilão, os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em jul

Planalto diz que cabe “à União o papel de interlocução com outros países”

Ao assinar um documento de intenção de negociação sobre minerais críticos com os EUA, o ex-governador cutucou o Governo Federal e levantou debate sobre o poder da União

Marina Moreira

Bastou uma assinatura do então governador Ronaldo Caiado (PSD) no documento de intenção de negociação sobre minerais críticos com os Estados Unidos (EUA) para a esquerda fortalecer o discurso da política de entreguismo contra o pré-candidato ao Planalto, presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O caso tem ganhado forte repercussão devido às várias interpretações sobre o assunto que geram o entendimento de que a partir de agora as terras raras e minerais críticos do Estado estarão sob domínio das forças econômicas estadunidenses.

Porém, o que ocorreu até o momento foi a assinatura de um Memorando de Entendimento (MOU) com o governo norte-americano sobre minerais críticos. O memorando foi assinado no dia 18 de março, em São Paulo, pelo ex-chefe do Executivo goiano e pelo encarregado de Negócios da Embaixada e Consulados dos Estados Unidos no Brasil, Gabriel Escobar.

Na visão de Caiado, a intenção é estimular parcerias entre instituições governamentais, acadêmicas e do setor privado, além de apoiar o desenvolvimento do processamento e da manufatura de maior valor agregado em Goiás.

Lei estadual

Caiado destacou ainda a aprovação da Lei nº 23.597/2025, que estabelece



Divulgação/Secom-GO

Intenção é estimular parcerias entre governo e setor privado, mas interação não agradou o governo Lula

Governo Federal reage

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do governo Lula (PT), Márcio Elias Rosa, se posicionou contra as ideias de Caiado em entrevista ao O HOJE. “Quem tem que mandar mais nas terras raras é o povo brasileiro. Eu posso responder como ministro e como professor de Direito Constitucional. A competência para regulamentar o uso das terras-raras é da União. O subsolo brasileiro pertence à União.”

“Há situações em que a Constituição veda a exploração, que é o caso do urânio, pois não se pode fazer exploração sem que haja o consentimento. Quem estabelece relações com outros países é a União”, ressalta o ministro.

Foi pontuado que há trechos da Constituição brasileira que designam à União o papel de interação com outros países, o que é interpretado como um recado à iniciativa do ex-governador de fazer parceria com o comércio exterior a fim de explorar minerais críticos.

“Há aqui no País uma regra constitucional que defere à União o papel de interlocução com outros países e outros Estados. Até porque nós sabemos que o interesse nacional não pode ser gerido ou administrado localmente, senão nós vamos ter conflitos entre os próprios Estados e municípios”, destacou o ministro de Desenvolvimento, Comércio e Indústria ao jornal O HOJE. **(Especial para O HOJE)**

uma estrutura de governança e incentivos para o desenvolvimento da indústria de minerais estratégicos no Estado. Além de Minaçu, a iniciativa fortalece operações em Nova Roma e Iporá.

Nos últimos dias, houve a compra da mineradora Serra Verde, localizada no município de Minaçu, por US\$ 2,8 bilhões (R\$ 13,9 bilhões), valor investido pela empresa de terras raras USA Rare Earth, que anunciou nesta semana a compra da mineradora brasileira, única que produz esses elementos em escala fora da Ásia.

A transação se soma a uma série de negócios recentes na

disputa entre EUA e China pelo domínio do setor. A USA Rare Earth é uma empresa privada com apoio de múltiplas iniciativas federais dos EUA e inclusive um financiamento recente de US\$ 1,6 bilhão (R\$ 7,9 bilhões) concedido pelo Departamento de Comércio, de acordo com O Globo.

“Goiás soube, em tempo hábil, aprovar uma lei que define a autoridade de minerais críticos. Tudo dentro do ponto de vista legal e constitucional. E a autoridade que assina por este conselho é exatamente o governador do Estado de Goiás”, explicou Caiado na época em que estava à frente do

Executivo estadual goiano.

O advogado Dyogo Crosara explica que, se a venda de uma determinada empresa for uma tratativa entre instituições privadas com a ciência da União, não há por que haver impasses jurídicos.

“Legislar sobre o uso de minerais é competência da União, mas se for só um negócio privado entre dois entes privados, ou seja, quem já tem da União uma autorização de venda para uma outra empresa privada, não teria ilegalidade, mas também não teria nem uma relevância jurídica”, salienta o especialista em entrevista ao jornal O HOJE.

Caiado rebate críticas por acordo de terras raras com EUA

O ex-governador de Goiás e pré-candidato à Presidência da República, Ronaldo Caiado (PSD), respondeu, na última quinta-feira (23), as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a respeito do acordo com os Estados Unidos (EUA) para exploração das terras raras em Minaçu, no Norte goiano.

Caiado defendeu o acordo firmado com o governo norte-americano e com o Japão. O ex-governador goiano afirmou que os memorandos irão contribuir no desenvolvimento tecnológico do Estado.

No início de março, Lula afirmou que Caiado deveria ter o aval do governo federal para firmar o acordo com nações estrangeiras. “Essa gente vai vender o Brasil e nós não podemos permitir”, disse o presidente durante a entrevista ao portal ICL Notícias.

“Quem está vendendo é ele”

“Quem está vendendo é ele. Ele está entregando tudo, não está desenvolvendo ne-



Divulgação/Faemg

“Ele está entregando tudo, não está desenvolvendo nenhuma tecnologia no Brasil”, disse o ex-governador goiano

nhuma tecnologia no Brasil, e nós continuamos a vender pau-brasil, como na época da colônia, ao vender nióbio, terras raras pesadas”, rebateu

Caiado, em entrevista coletiva após cumprir agenda em Belo Horizonte (MG). O presidente da FAEMG esteve na capital mineira em um evento

do agronegócio.

O acordo de Caiado resultou na venda da única mineradora em operação de terras raras no Brasil, a Serra Verde,

para a americana USA Rare Earth. O negócio foi avaliado em US\$ 2,8 bilhões (R\$ 13,8 bilhões). **(Thiago Borges, especial para O HOJE)**

Paulinho da Força articula derrubar veto de Lula contra redução de penas

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Congresso vota no próximo dia 30 proposta da dosimetria; governo é contra e oposição tenta reverter decisão

Bruno Goulart

O deputado federal e presidente nacional do Solidariedade, Paulinho da Força (SP), está à frente de uma articulação no Congresso para derrubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto da dosimetria das penas. A proposta, de sua autoria, trata da forma como são calculadas as condenações, principalmente nos casos ligados aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. A votação está marcada para o próximo dia 30 e deve ser o único tema da sessão do Congresso Nacional.

O projeto foi aprovado pelos parlamentares no fim de 2025, mas acabou vetado integralmente pelo presidente. Na prática, a proposta estabelece regras mais claras para o cálculo das penas e abre possibilidade de redução do tempo de prisão em alguns casos. Também define percentuais mínimos para o cumprimento da pena e regras para progressão de regime. Segundo Paulinho, a ideia não é anistiar condenados, mas criar um meio-termo. “Não é anistia. É uma forma de ajustar as penas e dar mais equilíbrio ao sistema”, afirma.

Beneficiados

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado a 27 anos e 3 meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por liderar a organização criminosa ligada à tentativa de golpe, é um dos nomes que podem ser beneficiados. Com a nova regra, o tempo mínimo de cumprimento poderia ser limitado à metade da pena, o que, na avaliação de defensores do projeto, traria mais pre-



Proposta trata do cálculo das condenações, principalmente nos casos ligados ao 8 de janeiro

visibilidade ao sistema.

Apesar disso, o governo federal vê a proposta com preocupação. Ao justificar o veto, Lula afirmou que a redução das penas para crimes contra o Estado Democrático de Direito pode incentivar novos episódios semelhantes. Além disso, apontou risco de insegurança jurídica e questionou a tramitação do texto no Congresso. Segundo o presidente, o projeto poderia contrariar princípios como proporcionalidade e igualdade na aplicação das penas.

Vingança de Lula

Mesmo com a posição contrária do governo, Paulinho tem intensificado as conversas com lideranças partidárias para garantir votos suficientes. O deputado diz acreditar que há clima favorável para derrubar o veto. “Temos que conversar com os líderes. A tendência é crescer o número de votos. Podemos passar de 300 votos na Câmara e mais de 50 no Senado”, aponta. O parlamentar também é direto ao

crítico a decisão do presidente. Para Paulinho, o veto teve motivação política. “Foi uma vingança do presidente Lula. Precisamos derrubar”, declara.

Em Goiás, o tema também movimentou os bastidores. O secretário nacional e presidente estadual do Solidariedade, Denes Pereira, diz que tem acompanhado de perto as articulações. Segundo o líder do partido em Goiás, há diálogo com diferentes legendas e a expectativa é positiva. “O Paulinho está conversando com todos os líderes. Pelas conversas, ele acredita que o veto será derrubado. A sessão será apenas para isso”, afirma.

Dosimetria

A chamada dosimetria é o processo usado pela Justiça para definir o tamanho da pena de um condenado. Para isso, são analisados fatores como a gravidade do crime, os antecedentes e as circunstâncias do caso. O projeto tenta deixar essas regras mais objetivas e padronizadas, o que evitaria diferenças muito gran-

des entre decisões, de acordo com os defensores do texto.

Outro ponto do texto é a possibilidade de compatibilizar a redução de pena com prisão domiciliar em alguns casos, o que também gera debate. Além disso, a proposta estabelece que, em situações mais graves, como liderança de organização criminosa, o condenado deve cumprir pelo menos 50% da pena.

Para derrubar o veto presidencial, é preciso maioria absoluta de votos na Câmara e no Senado, em votações separadas. A sessão será remota, o que pode dificultar a articulação, já que exige mobilização maior dos parlamentares.

A expectativa é de um debate intenso até a data da votação. De um lado, o governo defende manter o veto para evitar o que considera um enfraquecimento das punições. Do outro, parlamentares de oposição articulam para mudar as regras e reduzir penas, ao argumentar que é necessário mais equilíbrio nas condenações. **(Especial para O HOJE)**

PRIMEIRO ESCALÃO

Wellington Peixoto assumirá Esporte, confirma Daniel

Divulgação/Câmara de Goiânia

O governador Daniel Vilela (MDB) confirmou nesta sexta-feira (24) que Wellington Peixoto (PRD) assumirá a Secretaria Estadual de Esporte e Lazer (SEL). O ex-vereador por Goiânia é irmão do presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), Bruno Peixoto (UB).

Segundo informação divulgada pela repórter Fabiana Pulcineli, do O Popular, a nomeação faz parte de mais uma mudança no primeiro escalão do governo estadual, que já soma 21 alterações desde a posse de Daniel Vilela, em março. A troca ocorre após a saída de Rudson Guerra, substituído anteriormente por Nilton César Moreira em fevereiro.

Wellington Peixoto já era cotado para integrar o governo e teve o nome ventilado em outras áreas da administração, como as Centrais de Abastecimento (Ceasa). Atualmente, o ex-vereador ocupa o cargo de diretor-geral da Câmara Municipal de Goiânia.



Irmão do presidente da Alego e filho de Tião Peixoto, ex-vereador será o titular da SEL

Com atuação na política de Goiânia, Wellington construiu sua carreira no Legislativo municipal, onde foi vereador e participou de pautas ligadas à gestão pública e ao funcionalismo.

Filho de Sebastião Peixoto Moura, conhecido como Tião Peixoto (PSDB), o novo secretário integra uma família tradicional na política goiana. Seu pai tem histórico de atua-

ção relevante como vereador na Capital e influência na base política local.

Durante sua passagem pela Câmara, Wellington apresentou propostas voltadas à transpa-

rência na administração pública e à valorização dos servidores municipais, ao fortalecer sua atuação em temas administrativos e sociais. **(Rikelme Santos, especial para O HOJE)**

Goiás vai ao STF para evitar perda bilionária com royalties do petróleo

Divulgação/Secom-GO

Articulação envolve ministros e proposta de acordo antes de julgamento que pode mudar regras de distribuição

Thais Muniz

O Governo de Goiás intensificou, nos últimos dias, a articulação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar evitar perdas expressivas na divisão dos royalties do petróleo. A movimentação acontece às vésperas do julgamento, marcado para 6 de maio, que pode redefinir como esses recursos são distribuídos no País.

O governador Daniel Vilela (MDB) deve ir a Brasília (DF) acompanhado do procurador-geral do Estado (PGE), Rafael Arruda, para dialogar diretamente com ministros da Corte. A iniciativa busca apresentar dados, impactos e alternativas antes da decisão final.

Segundo estimativas da Secretaria da Economia, Goiás acumulou perdas de aproximadamente R\$ 6,09 bilhões entre 2013 e 2025. Para 2026, a projeção indica mais R\$ 913 milhões que deixariam de entrar nos cofres públicos caso o modelo atual seja mantido.

“São recursos que poderiam ter sido aplicados em infraestrutura, segurança pública e serviços essenciais”, afirmou Arruda. Ele acrescenta que o julgamento representa “momento decisivo para o pacto federativo brasileiro”.

Proposta tenta destravar impasse

Na tentativa de evitar um



A movimentação acontece às vésperas do julgamento marcado para 6 de maio

cenário mais rígido, representantes de Estados não produtores vão apresentar uma proposta de acordo ao STF no dia 5 de maio. A articulação envolve também a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

De acordo com Arruda, a proposta prevê que a nova regra passe a valer a partir de maio de 2026, com um período

de transição de sete anos para adaptação dos estados produtores. Além disso, inclui a renúncia de valores retroativos e a exclusão da chamada margem equatorial das negociações. “Buscamos uma solução equilibrada que permita a adaptação sem comprometer receitas de forma abrupta”, explicou o procurador.

Ao todo, 19 Estados aderiram ao movimento, o que inclui Goiás, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Rio Grande do Sul. Juntos, os governos contestam a atual concentração dos recursos, que hoje beneficia principalmente Estados produtores. Dados indicam que Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo concentram cerca de 95% dos royalties e participações especiais.

Modelo atual em debate

A disputa tem origem na Lei nº 12.734/2012, aprovada pelo Congresso para redistribuir os royalties de forma mais ampla entre Estados e municípios. No entanto, em 2013, uma decisão cautelar da ministra Cármen Lúcia, do STF, suspendeu os efeitos da norma.

Com isso, voltou a valer a regra anterior, baseada na Lei nº 9.478/1997, conhecida como Lei do Petróleo, que mantém a maior parte dos recursos nos estados produtores. Desde então, unidades da federação que não produzem petróleo passaram a questionar a distribuição. O passivo acumulado dessas perdas chega a cerca de R\$ 189,7 bilhões entre 2013 e 2025, segundo levan-

tamento do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul).

Em 2025, a arrecadação com royalties e participações especiais atingiu R\$ 92,423 bilhões, conforme dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O Estado do Rio de Janeiro liderou os recebimentos, com R\$ 14,50 bilhões em royalties e R\$ 11,55 bilhões em participações especiais.

“O STF terá papel decisivo na redefinição desse equilíbrio”, declarou Arruda, ao destacar os possíveis impactos nas finanças estaduais e municipais. O julgamento deve definir se a redistribuição prevista em lei será retomada ou se o modelo atual continuará em vigor. **(Especial para O HOJE)**

8 DE JANEIRO

STF manda prender últimos condenados da trama golpista

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta sexta-feira (24) a execução definitiva das penas dos condenados pela trama golpista, que foi investigada após o término do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Com isso, todos os grupos envolvidos no caso passam a cumprir pena, inclusive o chamado Núcleo 2, que ainda aguardava decisão.

A medida foi tomada após o trânsito em julgado das condenações, ou seja, quando não há mais possibilidade de recurso. Dessa forma, os condenados passam oficialmente à condição de presos definitivos. Entre eles estão Mário Fernandes, Silvinei Vasques, Marcelo Câmara e Filipe Martins, além de Marília de Alencar, que cumprirá prisão domiciliar por 90 dias devido a uma cirurgia, com uso de tor-



Joédson Alves/ABr

nozeleira eletrônica.

Penas definidas em dezembro

As condenações foram de-

finidas em dezembro do ano passado pela Primeira Turma do STF. Os réus foram acusados por diferentes crimes, como elaboração de minuta de golpe,

monitoramento ilegal de autoridades, tentativa de interferência no processo eleitoral e até planejamento de atentados contra autoridades.

Decisão do STF torna definitivas as prisões dos réus; último grupo teve condenações executadas nesta sexta-feira

Por fim, o Supremo soma 29 condenados no caso, sendo que 20 cumprem pena em regime fechado. Enquanto isso, outros investigados firmaram acordos de não persecução penal (ANPP) ou seguem foragidos no exterior, o que mantém o caso em andamento e sob atenção das autoridades. **(Bruno Goulart, especial para O HOJE)**

Quer receber a edição digital do jornal O Hoje direto no seu WhatsApp? Entre em contato no 62 9964-8719 receba o conteúdo com acesso ilimitado e assinatura sem custo.



GRUPO
O HOJE

TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ.

O HOJE | O HOJE.com | FOXMAPPIN | O HOJE APP | O HOJE TV | O HOJE RÁDIO

Ministro defende iniciativa privada por “mais indústrias para o País”

Ao ser questionado pelo jornal O HOJE sobre parcerias com países que são referência no setor automotivo, titular do MDIC elogiou a produtividade do país asiático, mas pontuou questões negativas

Marina Moreira

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, participou do programa “Bom Dia, Ministro” na manhã desta sexta-feira (24). Durante a entrevista com rádios e portais de notícias de todo o País, inclusive com o jornal O HOJE, Márcio abordou vários assuntos da pauta, tais como: os resultados da missão internacional presidencial na Europa, o início da vigência do acordo Mercosul-União Europeia e as ações bilionárias de fomento, como a Nova Indústria Brasil, o programa Mover e o Brasil Soberano.

Ao ser questionado pelo jornal O HOJE sobre qual é a aposta do Brasil para avançar na transição energética global



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ABr

Márcio Elias Rosa participou do “Bom Dia, Ministro” na manhã desta sexta-feira

e sobre parcerias com países referências na área como a China, o ministro ressaltou a qualidade do país asiático, mas pontuou questões negativas sobre a produtividade chinesa que prejudicam a competitividade.

“A China está tentando dominar o mundo na área automobilística. O país tem diversas empresas, diversas montadoras. E uma coisa a gente não pode negar: eles têm produtividade e competitividade. Eles conseguem

oferecer para todo o mundo uma variedade muito grande de produtos, muitas vezes em um preço muito acessível, e isso torna a competitividade muito difícil para as outras indústrias”, destaca.

Márcio discorre sobre a importância de um país não apenas montar automóveis, mas ser capaz de executar todo o processo de produção. “A indústria automotiva é fundamental, porque além de ser geradora de empregos é um mercado que está quase sem-

pre na fronteira da inovação tecnológica. Quem fabrica um avião é capaz de fazer tudo. Quando eu falo fabricar, não é só montar, é fazer tudo. Quem faz isso tem um parque industrial muito bem estruturado. Não podemos nunca abrir mão disso, mesmo que o cenário competitivo se mostre difícil”, afirma.

Caminho possível

O ministro mostra um caminho possível para que o Brasil possa percorrer para de-

envolver a industrialização brasileira. “O que temos que fazer é política de incentivo aos investimentos privados para que mais indústrias venham para o País. Nós já conseguimos fazer isso, tendo em vista que o presidente Lula reservou R\$ 19 bilhões, para os próximos três anos, de créditos tributários para quem realizasse investimentos no Brasil. Nós tivemos mais de R\$ 120 bilhões de anúncios de investimentos”, ressalta. **(Especial para O HOJE)**

CONECTE-SE COM MILHARES DE LEITORES

Estamos presentes no impresso, portal e nas redes sociais, oferecendo uma plataforma completa para destacar sua marca.



ANUNCIE CONOSCO!



GRUPO
O HOJE

TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ



Crianças menores de 9 anos concentram 66% dos casos de SRAG em Goiás

Fotos: Iron Braz

Casos de SRAG crescem em Goiás e já somam 2,7 mil em 2026

Avanço da síndrome tem maior concentração entre crianças, com a maioria das ocorrências registradas

Anna Salgado

O Estado de Goiás enfrenta, em 2026, um cenário crítico de saúde pública, marcado pelo aumento expressivo dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Diante da redução de leitos disponíveis e da elevada taxa de internações, o Governo de Goiás decretou estado de emergência como forma de viabilizar a mobilização de recursos e a adoção de estratégias para conter a propagação viral. Os dados epidemiológicos revelam um quadro preocupante: enquanto os idosos concentram a maior parte dos óbitos, as crianças aparecem como as principais vítimas em número de casos e hospitalizações.

Até o momento, o Estado contabiliza 2.713 casos confirmados de SRAG, com 121 mortes registradas. A análise detalhada desses dados pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) evidencia a vulnerabilidade acentuada em faixas etárias específicas. Aproximadamente 70% dos óbitos, o equivalente a 85 mortes, ocorreram entre pessoas com mais de 60 anos. Em contrapartida, crianças menores de 9 anos representam 66% do total de casos, somando 1.799 registros.



Aumento dos registros ao longo de 2026 indica maior circulação de vírus respiratórios no Estado

A subsecretária de Vigilância em Saúde da pasta, Flúvia Amorim, explica que a SRAG é uma evolução grave de quadros gripais comuns. Enquanto a síndrome gripal apresenta sintomas como tosse, coriza, dor de garganta e febre, a SRAG se caracteriza pelo comprometimento respiratório. “A diferença é quando essa síndrome gripal evolui para um desconforto respiratório ou um cansaço ao caminhar”, alerta Amorim, indicando que o or-

ganismo já apresenta dificuldade de oxigenação.

Nos idosos, o quadro pode ser ainda mais delicado, manifestando-se de forma silenciosa. Em muitos casos, a febre não aparece, e o diagnóstico de pneumonia ocorre apenas em estágios mais avançados da doença. Por isso, a orientação é que idosos e responsáveis por crianças busquem atendimento médico imediato ao identificarem sinais como cansaço, falta de ar ou desconforto

respiratório.

Diante desse cenário, a ampliação da cobertura vacinal é apontada como a principal estratégia para reduzir a gravidade dos casos e a pressão sobre o sistema de saúde. Atualmente, os índices ainda são considerados baixos. No Brasil, a cobertura vacinal contra a Influenza está em 16,92%, enquanto em Goiás o percentual é de 16,19% entre os grupos prioritários. A meta da SES é atingir 90% de cobertura.

A campanha de vacinação, iniciada em 28 de março e com previsão de término em 30 de maio, é direcionada, neste primeiro momento, aos grupos mais vulneráveis: idosos com 60 anos ou mais, crianças de 6 meses a menores de 6 anos, gestantes e pessoas com comorbidades. Ao todo, Goiás já recebeu e distribuiu 935.800 doses da vacina contra a Influenza aos municípios.

Apesar da disponibilidade, a hesitação vacinal ainda representa um desafio. Flúvia reforça que a vacina não causa gripe. “Ela é feita de vírus morto. Não tem como o corpo produzir a doença a partir da vacina”, esclarece. Segundo ela, casos de adoecimento após a imunização geralmente ocorrem porque a pessoa já estava infectada antes da aplicação ou contraiu o vírus nos dias seguintes, período em que o organismo ainda desenvolve a resposta imunológica.

Além das vacinas contra Influenza e Covid-19, o Sistema Único de Saúde (SUS) também disponibiliza a vacina contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) para gestantes, além do anticorpo Nirsevimabe para bebês prematuros e crianças com comorbidades menores de dois anos.

O papel do Tamiflu no tratamento precoce

Para pacientes que já apresentam sintomas de SRAG, o uso do medicamento Tamiflu (Oseltamivir) é considerado fundamental para reduzir o risco de agravamento e morte. O médico e assessor técnico da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) Frank Cardoso explica que o medicamento atua inibindo a liberação de partículas virais, o que diminui a propagação da infecção no organismo e contribui para uma resposta mais controlada do sistema imunológico. Segundo ele, esse mecanismo é especialmente importante em casos em que há maior vulnerabilidade clínica, como idosos, crianças e pessoas com comorbidades. No entanto, sua efi-

cácia está diretamente relacionada ao tempo de início do tratamento, que deve ocorrer preferencialmente nas primeiras 48 horas após o surgimento dos sintomas, período em que a replicação viral ainda está em fase inicial.

O acesso ao medicamento na rede pública estadual exige a apresentação de receita médica e documento de identi-

cação, o que reforça a necessidade de procurar atendimento ao primeiro sinal de agravamento. O antiviral está disponível em unidades de urgência e emergência, além de também ser encontrado na rede privada, ampliando as possibilidades de acesso para a população. Profissionais de saúde alertam que a automedicação não é recomendada e

que o uso deve sempre ser orientado por avaliação médica. Enquanto a cobertura vacinal não atinge níveis ideais, autoridades de saúde reforçam a importância da retomada da chamada “etiqueta respiratória”, estratégia considerada essencial para conter a disseminação de vírus respiratórios. Entre as principais medidas estão o uso de máscara em

caso de sintomas, a higienização frequente das mãos, o uso de álcool em gel e a recomendação de evitar aglomerações, especialmente em ambientes fechados ou com pouca ventilação. Essas ações, embora simples, têm impacto direto na redução da transmissão.

O decreto de emergência também permite que a SES atue em conjunto com municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia na reativação de leitos de enfermagem e de UTI, com o objetivo de absorver a crescente demanda por internações. A ampliação da capacidade hospitalar é vista como medida estratégica para evitar colapso no sistema de saúde. **(Especial para O HOJE)**

O QUE A SES-GO RECOMENDA:

- Uso de máscaras, especialmente para quem apresenta sintomas respiratórios;
- Evitar aglomerações e locais com pouca ventilação, especialmente com crianças e idosos;
- Lavar as mãos frequentemente, principalmente após tocar superfícies em locais públicos;
- Afastamento escolar imediato para crianças que apresentem sintomas gripais.

Fonte: SES-GO

Unsplash/Eren Goldman



Fala de ministro e dados de mercado reforçam potencial para produção, inovação e sustentabilidade no setor automotivo

Carros, terras raras e energia limpa colocam Goiás na rota do futuro do mundo

Letícia Leite

A mobilidade elétrica e híbrida ganhou novo fôlego no debate nacional após declaração do ministro Márcio Elias Rosa durante o programa Bom Dia Ministro, desta sexta-feira (24), em resposta a questionamento do jornal O Hoje. Na entrevista, o ministro destacou a forte concorrência internacional, especialmente de países asiáticos, e defendeu a necessidade de o Brasil fortalecer sua indústria automotiva com foco em inovação, produtividade e políticas de incentivo. Nesse cenário, Goiás desponta como um dos Estados com maior potencial para integrar essa nova fase do setor.

Ao ressaltar que a indústria automotiva é estratégica por concentrar tecnologia e gerar empregos qualificados, o ministro citou iniciativas do governo federal, como o programa Mobilidade Verde Sustentável (MOVER), que prevê R\$ 19 bilhões em créditos tributários para estimular investimentos. Segundo ele, a política já resultou em mais de R\$ 120 bilhões em anúncios e na atração de empresas, inclusive estrangeiras, interessadas em produzir no País, não apenas montar veículos.

Em Goiás, esse movimento já começa a se concretizar. Procurado, o Secretário de Indústria, Comércio e Serviços de Goiás (SIC), Joel de Sant'Anna Braga Filho, afirmou que o Estado tem adotado uma estratégia voltada à atração de toda a cadeia produtiva automotiva. A ampliação da fábrica da Mitsubishi, em Catalão, e o projeto da Caoa em parceria com a Changan, que prevê investimento de R\$ 5 bilhões em Anápolis para produção de veículos híbridos, são exemplos citados pelo órgão como evidências dessa política.

O secretário destaca ainda que o objetivo é avançar além da montagem de veículos, com foco na produção de componentes, baterias e desenvolvimento tecnológico. Para isso, o Estado aposta em parcerias com instituições de ensino e na verticalização da produção de terras raras, minerais essenciais para a fabricação de motores elétricos e outros dispositivos de alta tecnologia. **(Especial para O HOJE)**



Jurídica

Manoel L. Bezerra Rocha | juridica@ohoje.com.br

Presidente do STF destaca a necessidade de políticas de inclusão para o autista

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, destacou a importância do mês de abril para a conscientização sobre o autismo e para a reflexão institucional sobre políticas de inclusão. Fachin citou dados recentes para evidenciar a dimensão do tema. Segundo ele, o Censo Demográfico de 2022 identificou cerca de 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico de transtorno do espectro autista no Brasil, presentes em todas as regiões e contextos sociais. Já o Censo Escolar de 2024 registrou mais de 900 mil estudantes autistas na educação básica. Para o ministro, esses números evidenciam o dever de avanço nas políticas públicas e práticas institucionais voltadas à inclusão. Segundo o presidente do STF, esse compromisso encontra fun-

damento direto na Constituição de 1988, que consagra a dignidade da pessoa humana como um dos pilares da República e impõe ao Estado a remoção de barreiras à participação plena na sociedade. Nesse contexto, ele mencionou decisões da Corte que consolidam esse entendimento, como o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5357, no qual o Tribunal afirmou o dever de instituições privadas assegurarem a inclusão de estudantes com deficiência por meio de adaptações e sem repasse de custos às famílias. Citou ainda a ADI 7028, que considerou inconstitucional norma que restringia o conceito de pessoa com deficiência ou desconsiderava a avaliação biopsicossocial e o dever de adaptação para o ensino inclusivo.

Prioridade ao idoso

Tramita no Senado o Projeto de Lei (PL) 790/2026 que prioriza ao idoso no recebimento de indenizações, diferenças de benefícios e outros créditos devidos pelo poder público. O projeto altera o Estatuto da Pessoa Idosa. O Estatuto já

assegura prioridade para pessoas idosas na tramitação de processos judiciais e administrativos. Também prevê prioridade na restituição do Imposto de Renda e na destinação de recursos públicos voltados à proteção da pessoa idosa.

Terras raras

O presidente da Câmara, Hugo Motta, afirmou que o relatório do projeto que trata dos minerais críticos (Projeto de Lei 2.780/24), as chamadas terras raras, será apresentado no dia 4 de maio e votado em seguida no Plenário. Segundo ele, o texto vai contribuir para garantir investimentos em educação e mão de obra qualificada no país. Para

Motta, o projeto "representará um grande avanço na legislação para podermos nos beneficiar ao máximo dessa reserva de minerais críticos". "Queremos que as indústrias possam se instalar aqui sem haver compromisso prévio com nenhum país ou preconceito, mas fazendo o que é melhor para o Brasil", completou.



Conselho Federal da OAB forma grupo para promoção da reforma do Judiciário

O Conselho Federal da OAB criou uma comissão de mobilização para a reforma do Poder Judiciário, com a finalidade de articular e implementar propostas já aprovadas pela entidade sobre o tema. Criado por meio de uma portaria, o colegiado será responsável por coordenar a atuação institucional da entidade, mobilizar a advocacia e consolidar contribuições das seccionais para o encaminhamento das medidas.

TRF1 dá posse a novos dirigentes, tendo uma mulher presidente pela segunda vez

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) deu posse aos novos dirigentes para o biênio 2026-2028. Na ocasião, assumiram os cargos de direção a desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, na Presidência; o desembargador federal César Jatahy, na Vice-Presidência; e o desembargador federal Jamil Rosa de Jesus Oliveira, na Corregedoria Regional

da Justiça Federal da 1ª Região. O TRF1 é o maior entre os seis Tribunais Regionais Federais do país, com jurisdição sobre aproximadamente 73% do território nacional, abrangendo 13 unidades da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

RÁPIDAS

❖ **10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo** - As astreintes, multas diárias cominatórias ou coercitivas impostas em caso de descumprimento de prazos judiciais, podem ser cobradas no mesmo incidente em que foram fixadas, sem necessidade de instauração de incidente autônomo. **(Especial para O HOJE)**

CANETAS EMAGRECEDORAS

PRF realiza maior apreensão de tirzepatida em solo goiano

A Polícia Rodoviária Federal apreendeu 1.717 ampolas de Tirzepatida TG na tarde de quinta-feira (23), durante fiscalização no km 255 da BR-050, em Catalão (GO). A ocorrência configura a maior retenção desse tipo de medicamento já registrada pela corporação no Estado. O volume representa mais da metade das cerca de 3 mil unidades apreendidas em todo o território goiano ao longo de 2025.

Os produtos estavam em um Fiat Argo conduzido por um homem de 42 anos, morador de Pires do Rio. Durante a

abordagem, os policiais realizaram inspeção no veículo e localizaram as ampolas escondidas. A carga não atendia às exigências de conservação térmica, condição essencial para manter a integridade desse tipo de substância.

O motorista declarou que adquiriu os medicamentos em um centro comercial em Ciudad del Este, no Paraguai, com a intenção de revendê-los em Catalão. Segundo o relato, cada unidade poderia ser comercializada por cerca de R\$ 1,5 mil.

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sani-

tária, a Tirzepatida TG tem comercialização proibida no País. A entrada irregular de medicamentos sem controle de procedência, armazenamento e qualidade representa risco direto à saúde da população.

A ocorrência foi encaminhada à Polícia Federal em Goiânia. O condutor foi preso em flagrante e deve responder por crime previsto no artigo 273 do Código Penal, que trata da falsificação, adulteração ou alteração de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais. **(Letícia Leite, especial para O HOJE)**

FRANCO LEILÕES
Barão Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG

LEILÃO DE IMÓVEL
ONLINE

1º LEILÃO: 04/05/2026 - 10:15h - 2º LEILÃO: 06/05/2026 - 10:15h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo Poder Judiciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Câmara Municipal de Belo Horizonte**, CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-Lei nº 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo on-line o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Uma casa residencial, com a área total construída de 96,91m², construída sobre um terreno com área total de 138,50m², situado à Rua 103, Jardim Presidente, denominado de Parte "A" do lote 13 da quadra 05, Rio Verde/GO. Imóvel objeto da Matrícula CNM: 026120.2.0103236-78 trasladada da Matrícula nº 103.236 do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Protestos da Comarca de Rio Verde/GO. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. **DATA DOS LEILÕES**: 1º Leilão: dia 04/05/2026, às 10:15 horas, e 2º Leilão dia 06/05/2026, às 10:15 horas. **LOCAL**: Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402 - Estoril - CEP 30494-080 - Belo Horizonte/MG. **DEVEDORES FIDUCIANTES**: EMANUEL FRANCISCO DE SOUZA, brasileiro, designer, solteiro, nascido em 04/05/1989, C.I. 8155116 SSP/GO, CPF: 075.537.994-24, residente e domiciliado na Avenida JK, S/N, Q. 1, L. 1, Apart 7, Bairro Setor Morada do Sol, Rio Verde/GO, CEP: 75909-456. **CREADOR FIDUCIÁRIO**: Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01. **DO PAGAMENTO**: O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES**: 1º Leilão: R\$ 563.762,46 (quinhentos e sessenta e três mil, setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e seis centavos) 2º Leilão: R\$ 433.208,75 (quatrocentos e trinta e três mil, duzentos e oito reais e setenta e cinco centavos), calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILÃO**: Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE**: O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.francoleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilitar-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES**: O(s) interessado(s) devedor(es), sob pena de desfazimento do negócio, (i) estar com seu CPF / CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documental, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser previamente analisadas pelos interessados. Correrá por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devolução do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, e depois da arrematação, seja realizada a consolidação da propriedade, relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou após da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante a título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à existência da arrematação. O proponente vendedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, de comunicação expressa do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrematamento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida do(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o(a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições observadas no que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3360-4030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Barão Horizonte/MG, 13/04/2026.

www.francoleiloes.com.br (31) 3360-4030

Monumentos da Capital ganham reformas após quase 20 anos

Fotos: Joabe Mendonça

Dois e Três Marcos serão revitalizados por meio de obras que vão custar R\$ 817 mil aos cofres do município

João César Almeida

O prefeito Sandro Mabel autorizou a revitalização dos monumentos instalados nos viadutos da Avenida 85 com as avenidas D e T-63, em Goiânia. O investimento total é de R\$ 817 mil, com prazo estimado de 30 dias para cada intervenção. As estruturas, inauguradas há mais de duas décadas, nunca passaram por um processo de reestruturação.

Os trabalhos incluem lixamento das estruturas, aplicação de neutralizador de ferrugem, pintura de fundo com zarcão, pintura final com esmalte sintético e limpeza geral. Para a execução, serão utilizados caminhões tipo cesto e drones. O cronograma foi definido em conjunto pela Secretaria Municipal de Engenharia de Trânsito (SET) e pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (Seinfra), priorizando atividades no período noturno para reduzir impactos no tráfego.

Entre os monumentos contemplados está o Monumento dos Dois Marcos, localizado no Viaduto João Alves de Queiroz, no cruzamento da Avenida 85 com a T-63. Inaugurada em 2008, a estrutura tem 64,5 metros de altura e é composta por dois prismas de aço revestidos por chapas perfuradas, formando uma linha orientada ao norte.

Já o Monumento dos Três Marcos, situado no Viaduto Latif Sebba, na Avenida 85 com a Avenida D, possui 56 metros de altura e pesa cerca de 20 toneladas. A obra apresenta três pontas que simbolizam a expansão da Capital, em homenagem ao urbanista Atilio Correia Lima.

O arquiteto e urbanista



Prefeitura inicia revitalização de monumentos nos viadutos da Avenida 85, com intervenções a partir deste sábado (25)

Fred Le Blue explica que os monumentos servem para indicar pontos importantes da cidade. “Do ponto de vista simbólico, segundo o artista Sandro Carvalho, o monumento da Avenida T-63 simboliza uma bússola apontando para o norte, o da Avenida 85, por sua vez, possui 46 metros de altura e três pontas indicando as regiões com maior crescimento urbano da Capital e servindo como referência ao direcionamento leste, oeste e sul”, ressalta.

Além disso, os monumentos marcam pontos da Avenida 85. “Nesse sentido, tanto o Monumento da Praça do Ratinho quanto o da Praça do Chafariz marcam contrapontos da Avenida 85 nos seus eixos de início (a Praça do Chafariz), meio (a Praça do Ratinho) e fim (a Praça Cívica)”, acrescenta o especialista.

As intervenções começam pelo Monumento dos Três Marcos, neste sábado (25). Mabel também confirmou que, após as reformas, a região da Praça

do Ratinho será cuidada pelo hotel WTC Goiânia Stay & Hotel by Atlantica, vizinho ao local, por meio do Programa Adote uma Praça.

Críticas não apagam valor simbólico

“Os dois Marcos e os Três Marcos são considerados elementos de artes públicas muito cafonas e ecologicamente incorretos, devido a grande quantidade de aço revestido, que agora já está se deteriorando, com risco de quedas e acidentes”, opina Le Blue sobre a existência dos monumentos. Na visão dele, mesmo com ressalvas e críticas, as construções se tornaram parte do cotidiano e postais da capital goiana.

Além do simbolismo já citado e da parte turística dos monumentos, o especialista também destaca que a construção dos Dois e Três Marcos já apontavam para o futuro verticalizado da cidade. “Claro que os monumentos que são, literalmente, um arranha céu passaram a compor a paisagem

cultural da cidade e, claro, a sua maneira, se tornaram positivos e ícones de imaginário urbano, até porque apontou para o modelo de cidade verticalizante que Goiânia assumiu como identidade nos últimos 20 anos”, comenta.

Nesse sentido, os monumentos encaixam com a paisagem da região em que estão inseridos, pois está localizado em uma região que sofreu um grande adensamento nos anos seguintes à inauguração das duas obras. “Justamente, o trecho compreendido entre as 2 obras, no Setor Marista, é onde a cidade sofreu o maior aumento do adensamento demográfico e construtivo, gerando efeitos negativos para urbanidade em termos de mobilidade, saneamento e drenagem urbana”, complementa Le Blue.

Adote uma praça

Após a finalização das obras, o hotel WTC Goiânia Stay & Hotel by Atlantica irá assumir a manutenção da praça do Ratinho, a partir do

projeto da prefeitura “Adote uma Praça”. O Programa possibilita que indivíduos, empresas e entidades da sociedade civil se responsabilizem pela preservação, manutenção ou aprimoramento de espaços públicos em Goiânia, como praças, jardins e monumentos, sem que haja transferência de verbas da Prefeitura para os parceiros. A parceria é formalizada por meio de um Termo de Cooperação, sob coordenação da Secretaria de Gestão de Negócios e Parcerias (Segenp).

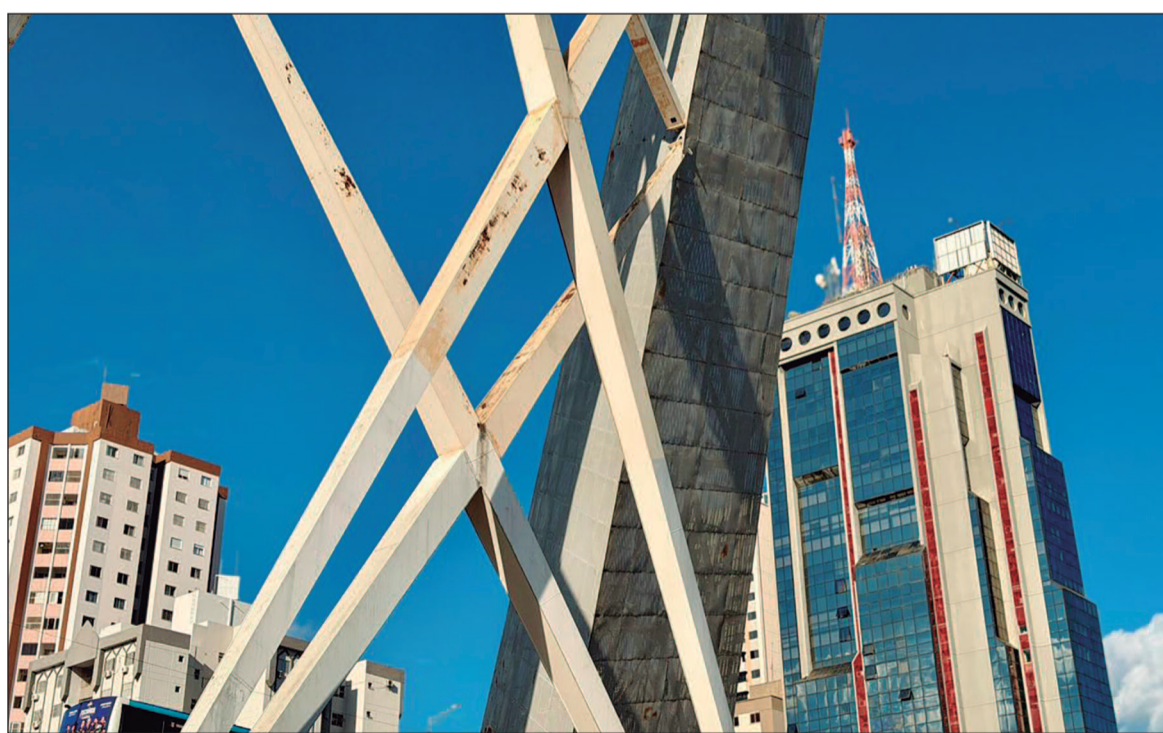
Fred Le Blue entende que o “Adote uma Praça” é “um modelo interessante para criar relações de boa vizinhança entre marcas responsivas e consumidores cidadãos, mas que deveria ser proibidos para incorporadoras e imobiliárias”. Ele teme que essas práticas, quando feitas por grandes empresas, sejam utilizadas de forma demagógica, atuando em nome da privatização da cidade e não na defesa do bem comum e do espaço público.

Obras na 85 alteram trânsito e exigem rotas alternativas

A Prefeitura de Goiânia, por meio da SET, vai implementar uma operação especial de trânsito durante o início das obras de revitalização do monumento localizado na Praça do Ratinho, na Avenida 85. Para viabilizar os serviços, a trincheira será interditada de forma temporária, enquanto o fluxo nas alças laterais seguirá normalmente.

As atividades começam neste sábado (25), a partir das 14h. No domingo (26), os trabalhos terão início às 12h. Já a partir de segunda-feira (27), as intervenções passam a ocorrer no período noturno, das 20h às 6h, quando o movimento de veículos é menor. A estimativa é que essa etapa dure cerca de 30 dias.

De acordo com o diretor de Trânsito da SET, Luís Tiago Santos, quem trafega em linha reta pela Avenida 85 deverá utilizar rotas alternativas. “As alças laterais estarão totalmente liberadas. A interdição é apenas na trincheira do viaduto, por isso quem trafega reto pela Avenida 85 deverá seguir pelos



Obras no Monumento dos Três Marcos alteram trânsito na Praça do Ratinho, com interdição da trincheira e rotas alternativas para motoristas

desvios e retornar à avenida logo em seguida. Como os trabalhos serão realizados em horários de menor demanda, o impacto no trânsito será menor”, explica.

No sentido Centro para Bairro, os motoristas devem acessar a alça da Avenida 85, seguir à direita pela Rua 21,

depois à esquerda na Rua K, novamente à esquerda na Rua 23 e à esquerda na Avenida D, retornando em seguida à Avenida 85. Também haverá a opção de acesso direto à direita para a Avenida D.

Já no sentido Bairro para Centro, o desvio orienta o condutor a acessar a alça da Ave-

nida 85, virar à direita na Rua 143, seguir à esquerda na Rua 148, depois à esquerda na Rua 87 e, por fim, à direita na alça de retorno à Avenida 85.

O secretário municipal de Engenharia de Trânsito, Tarcísio Abreu, afirma que equipes estarão posicionadas para orientar os condutores.

“Os agentes de trânsito farão toda a sinalização necessária para garantir clareza nos desvios e segurança aos motoristas. A SET acompanha a operação de perto para minimizar transtornos e assegurar mobilidade durante toda a obra”, finaliza. (Especial para O HOJE)

Irã negocia construção de usinas nucleares com a Rússia

Teerã negocia acelerar obras na usina de Bushehr com Moscou em meio à guerra e pressão dos EUA sobre programa nuclear

Lalice Fernandes

O Irã intensificou as negociações com a Rússia para acelerar a construção de novas unidades da usina nuclear de Bushehr, em meio à guerra com os Estados Unidos e à pressão internacional sobre seu programa nuclear. A informação foi confirmada nesta sexta-feira (24) pelo embaixador iraniano em Moscou, Kazem Jalali, segundo a agência de notícias semioficial iraniana Fars News Agency.

Segundo o diplomata, Teerã mantém contato com autoridades russas para garantir a continuidade das obras e a retomada dos trabalhos por parte da estatal Rosatom, responsável pela operação do complexo. "Estamos em contato com a Rússia para concluir a usina nuclear de Bushehr. Esperamos que o processo de construção e conclusão das novas unidades da usina nuclear de Bushehr seja realizado mais rapidamente", afirmou.

A declaração ocorre durante um cessar-fogo que já dura duas semanas entre iranianos e norte-americanos, enquanto negociações seguem em curso. Uma das principais exigências do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, é que o Irã abandone seu programa



Enquanto tensão aumenta, Casa Branca afirma ver progresso por parte do Irã em negociações por acordo

nuclear, considerado estratégico por Teerã.

A usina de Bushehr, localizada no sul do país, é a única em operação no Irã e depende da cooperação técnica russa para sua expansão. Durante o conflito no Oriente Médio, áreas próximas ao complexo foram atingidas por projéteis, resultando na morte de um funcionário. Apesar do impacto, autoridades afirmam que as estruturas principais não foram danificadas e a produção segue normal.

A Agência Internacional de Energia Atômica informou que não houve aumento nos níveis de radiação, mas alertou para os riscos de ataques a instalações nucleares. O diretor do órgão, Rafael Grossi, reforçou

que instalações nucleares não podem nunca ser atacadas e pediu restrição das atividades militares na região.

Ainda, em junho de 2025 durante a chamada "guerra dos 12 dias", um ataque norte-americano direto ao local foi classificado como potencialmente catastrófico pela Agência Internacional de Energia Atômica.

Paralelamente, a Rússia voltou a se posicionar como mediadora em questões sensíveis do programa nuclear iraniano. O ministro das Relações Exteriores, Sergey Lavrov, segundo a agência de notícias estatal TASS, afirmou que Moscou está disposta a ajudar na conversão do urânio altamente enriquecido do Irã em combustível

nuclear ou material para armazenamento, sem violar o direito do país ao uso pacífico da tecnologia.

Os estoques de urânio enriquecido são um dos principais pontos de impasse nas negociações entre Irã e Estados Unidos, por serem considerados um passo importante para o desenvolvimento de armas nucleares. Esse mês Trump chegou a afirmar que Teerã concordou em "devolver o 'pó' nuclear", mas o governo iraniano negou a afirmação do norte-americano: "O urânio enriquecido do Irã não vai ser transferido para lugar nenhum".

Enquanto isso, o cenário militar segue pressionando a diplomacia. O secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth,

afirmou que o bloqueio naval no Estreito de Ormuz está se ampliando. "Ninguém navega do Estreito de Ormuz para qualquer lugar do mundo sem a permissão da Marinha dos Estados Unidos", disse.

A medida, somada à apreensão recente de navios iranianos, amplia a tensão regional e ocorre ao mesmo tempo em que a Casa Branca sinaliza avanços nas negociações. A secretária de imprensa Karoline Leavitt afirmou: "Certamente observamos algum progresso por parte do Irã nos últimos dois dias. Novamente, o presidente tomou a decisão de enviar Steve e Jared para ouvir os iranianos, então veremos o que eles têm a dizer". **(Especial para O HOJE)**

ALIADOS

Estados Unidos cogitam suspender Espanha da Otan

O governo dos Estados Unidos avalia medidas para punir aliados da Otan que se recusaram a apoiar a guerra contra o Irã, incluindo a possível suspensão da Espanha da aliança e a revisão da posição norte-americana sobre a soberania das Ilhas Malvinas. As informações foram reveladas nesta sexta-feira (24) pela agência Reuters, com base em um e-mail interno do Pentágono, segundo o G1.

Segundo a agência, as opções estão sendo discutidas em altos escalões do Departamento de Defesa e refletem a insatisfação de Washington com países que negaram apoio logístico e militar às operações no Oriente Médio. Os EUA solicitaram cooperação de aliados, mas enfrentaram resistência, já que diversas nações evitaram se envolver diretamente no conflito com Teerã.

Entre as medidas consideradas, está a suspensão da Espanha da Otan. A iniciativa teria como motivação a decisão do primeiro-ministro Pedro Sánchez de se posicionar contra a guerra e impedir o uso do espaço aéreo espanhol por aeronaves militares norte-americanas. Na época Trump res-



Daniel Torok/Casa Branca

O governo norte-americano avalia medidas para punir aliados que não apoiaram os EUA no Oriente Médio

pondeu a negativa do espanhol afirmando: "Podemos usar sua base se quisermos, podemos simplesmente voar até lá e usá-la, ninguém vai nos dizer para não usá-la".

Outro ponto discutido é a revisão da postura dos EUA sobre as Ilhas Malvinas. Desde a guerra de 1982 entre Reino Unido e Argentina, Washington mantém posição cautelosa, reconhecendo a administração britânica, mas sem tomar partido definitivo sobre a soberania.

A possível mudança gerou reação imediata do governo

britânico. Um porta-voz do primeiro-ministro Keir Starmer afirmou que a posição do país é inalterada. "A soberania pertence ao Reino Unido e o direito das ilhas à autodeterminação é primordial", disse. Ele acrescentou que essa postura tem sido comunicada de forma consistente a sucessivas administrações norte-americanas.

Ainda de acordo com a agência, o e-mail do Pentágono também sugere retirar países considerados "difíceis" de posições estratégicas dentro da Otan. **(Lalice Fernandes, especial para O HOJE)**

CORRUPÇÃO

Justiça argentina ordena confisco de bens da ex-presidente Kirchner

Um tribunal de recursos da Argentina confirmou a decisão de primeira instância e manteve o confisco de bens da ex-presidente Cristina Fernández de Kirchner, no âmbito da condenação por corrupção que resultou em pena de seis anos de prisão. A informação foi divulgada pelo jornal argentino La Nación nesta sexta-feira (24).

A medida reforça a determinação judicial que obriga Kirchner e outros condenados a pagar cerca de US\$ 500 milhões em indenizações. A defesa da ex-presidente havia recorrido da decisão, mas não obteve êxito.

O caso remonta à condenação de 2022, mantida posteriormente pela Suprema Corte argentina, que também determinou a inelegibilidade da ex-presidente. A investigação apura um esquema de fraude na concessão de obras rodoviárias na Patagônia, com suspeitas de direcionamento de contratos a empresas ligadas ao empresário Lázaro Báez durante os mandatos de Kirchner.

De acordo com o processo, houve irregularidades como superfaturamento e obras não concluídas. Para os promotores, parte dos recursos desviados teria retornado ao círculo da ex-presidente.

Segundo o La Nación, Kirchner transferiu propriedades aos filhos como adiantamento de herança, incluindo hotéis e apartamentos no sul do país, o que também entrou no radar das investigações patrimoniais.

Atualmente, a ex-presidente cumpre a pena em regime domiciliar, em um apartamento em Buenos Aires, de onde segue atuando politicamente à frente do Partido Justicialista. O Código Penal argentino prevê a perda de direitos políticos para condenados por esse tipo de crime.

Durante o julgamento, que teve início em 2019, o promotor Diego Luciani afirmou que esta é provavelmente a maior manobra de corrupção já conhecida no país ao sustentar a acusação. **(Lalice Fernandes, especial para O HOJE)**

Essência

Fotos: Freepik



Falhas na higiene alimentar elevam risco de contaminação

As recomendações sanitárias orientam que hortaliças sejam lavadas em água corrente

Leticia Marielle

Um levantamento de abrangência nacional identificou que práticas inadequadas de higiene e manipulação de alimentos ainda são comuns em residências brasileiras. Entre os hábitos mais recorrentes estão a lavagem de carnes na pia da cozinha e a higienização incorreta de vegetais, condutas que aumentam o risco de contaminação alimentar.

O estudo analisou o comportamento de cinco mil domicílios, distribuídos por todas as regiões do país e com diferentes perfis de renda. A pesquisa foi conduzida por especialistas do Centro de Pesquisa em Alimentos (FoRC), ligado aos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPIDs), com apoio da FAPESP. Os resultados foram publicados na revista científica Food and Humanity.

De acordo com os pesquisadores, embora já se soubesse que a população nem sempre segue as recomendações de segurança alimentar, ainda havia escassez de dados detalhados sobre esses hábitos. Para preencher essa lacuna, foi aplicado um questionário on-line com 29 perguntas, abordando desde a compra até o preparo dos alimentos. A coleta de dados ocorreu entre setembro de 2020 e abril de 2021, período marcado pela pandemia de Covid-19.

Mesmo em um contexto de maior atenção à higiene, os resultados indicaram que apenas 38% dos participantes afirmaram realizar a limpeza adequada de vegetais. Esses alimentos, frequentemente consumidos crus, podem ser contaminados ao longo da cadeia produtiva, o que torna essencial a higienização correta.

As recomendações sanitá-



24% afirmaram consumir carne malpassada

rias orientam que hortaliças sejam lavadas em água corrente, folha por folha, imersas em solução com hipoclorito de sódio por cerca de 15 minutos e, em seguida, enxaguadas com água potável. No entanto, muitos entrevistados relataram utilizar apenas água ou recorrer a produtos como sabão e detergente, práticas consideradas inadequadas.

O estudo também apontou comportamentos de risco no consumo de proteínas de origem animal. Metade dos participantes declarou lavar carne na pia da cozinha, prática contraindicada por especialistas. Além disso, 24% afirmaram consumir carne malpassada e 17% relataram ingerir ovos crus ou pouco cozidos.

Segundo os pesquisadores, a lavagem de carnes pode favorecer a contaminação cruzada, já que respingos de água espalham bactérias como Salmonella e Campylobacter para superfícies, utensílios e outros alimentos.

Os dados reforçam a necessidade de ampliar campanhas de orientação sobre segurança alimentar no ambiente doméstico, com foco na prevenção de doenças transmitidas por alimentos.

Estudo aponta falhas no armazenamento de alimentos

Uma pesquisa nacional revelou que práticas inadequadas de armazenamento de alimentos ainda são comuns nos lares brasileiros, aumentando o risco de contaminação e doenças alimentares. Entre os comportamentos identificados, 39% dos entrevistados afirmaram descongelar alimentos em temperatura ambiente, enquanto 11% relataram guardar sobras na geladeira apenas após duas horas ou mais fora da refrigeração.

O dado preocupa especialistas, já que o tempo de exposição é determinante para a proliferação de microrganismos. A recomendação é que

alimentos perecíveis sejam refrigerados em até duas horas após o preparo. Em temperatura ambiente, bactérias podem se multiplicar rapidamente, dobrando de quantidade a cada 20 minutos.

Segundo os pesquisadores, surtos de intoxicação alimentar, especialmente em eventos com grande volume de comida, costumam estar associados à permanência prolongada dos alimentos na chamada "zona de perigo", faixa entre 10 °C e 50 °C, considerada ideal para o crescimento acelerado de bactérias.

A pesquisa também avaliou as condições de refrigeração em residências. Em uma segunda etapa, 216 participantes da Região Metropolitana de São Paulo monitoraram a temperatura de suas geladeiras durante três dias, em diferentes horários, com o auxílio de termômetros digitais. Os resultados mostraram que 91% dos refrigeradores operavam dentro da faixa recomendada, en-

tre 0 °C e 10 °C.

De acordo com os especialistas, o controle adequado da temperatura é essencial para reduzir riscos e garantir a segurança dos alimentos, já que influencia diretamente na velocidade de crescimento de microrganismos. O estudo reforça a importância de ampliar a conscientização sobre práticas seguras no armazenamento doméstico.

Relação com a renda

A análise estatística identificou uma associação clara entre o nível de renda familiar e a adoção de práticas seguras no manuseio de alimentos. De modo geral, famílias com maior renda demonstram maior adesão a medidas adequadas de higiene, como a utilização de soluções cloradas para a desinfecção de vegetais. Já entre os grupos de menor renda, predominam métodos considerados menos eficazes.

De acordo com os pesquisadores, lares com renda de até quatro salários mínimos relataram, com maior frequência, o uso de vinagre diluído para higienizar vegetais, procedimento que não possui eficácia comprovada como sanitizante, além do hábito de descongelar alimentos fora da refrigeração. Em contrapartida, as práticas mais adequadas foram observadas entre famílias com renda situada entre quatro e dez salários mínimos.

Os especialistas destacam que, além de traçar um retrato dos hábitos de higiene alimentar no país, os resultados obtidos oferecem subsídios relevantes para o desenvolvimento de novos estudos, especialmente aqueles voltados à avaliação de riscos e aos impactos dessas práticas na saúde da população. **(Especial para O HOJE)**

Divulgação



Banda paulista se apresenta no Centro Cultural Martim Cererê neste sábado

Terno Rei é headliner das seletivas do Porão do Rock

Festival desembarca em Goiânia no dia 25 de abril com proposta de ampliar a cena independente para além dos grandes centros

Luana Avelar

O Porão do Rock chega a Goiânia neste sábado (25), com mais uma etapa de suas seletivas nacionais. O Centro Cultural Martim Cererê recebe a noite, que tem como headliner a banda Terno Rei e a Electric Mob como convidada. O projeto percorre diferentes cidades do Brasil com a proposta de revelar novos nomes da música independente, e as bandas selecionadas ao longo do processo passam a integrar a programação oficial do festival, um dos mais tradicionais do país.

"Levar as seletivas para Goiânia é muito significativo pra gente, porque é uma cidade com uma cena musical forte e pulsante. O Porão sempre teve esse compromisso de abrir espaço para novos artistas e conectar diferentes regiões do país através da música", diz Gustavo de Sá, idealizador do festival.

Maturidade e novo disco

A banda paulista Terno Rei chega a Goiânia em um momento que o baixista e vocalista Alê Sater define como de maturidade. Oito anos de shows e gravações resultaram em cinco discos, com um sexto em produção. "A gente se sente bem confortável no que a gente faz e bem feliz. É um momento muito bom para nós, mas mais tranquilo do que já foi no passado recente", diz ele.

O novo álbum, "Nenhuma Estrela", sucede o ciclo de "Gêmeos" com algumas mudanças no processo criativo. Se antes a produção entrava mais tarde, agora a banda alterna trabalho

individual e coletivo desde o início. "Hoje em dia todos nós sabemos um pouquinho de como produzir em casa, então teve coisa que a gente conseguiu adiantar e trabalhar sozinhos", explica Sater. As referências também se renovaram. Entre os nomes que a banda tem ouvido, ele cita a Baritalha. "Tem bastante guitarra e tem tudo a ver com o Terno Rei, e também em certas músicas com essa atmosfera melancólica".

Para quem está começando

Participar de um festival que abre espaço para novos artistas tem, para Sater, um valor que vai além do show. "Eu luto muito para que ter uma banda seja ainda uma parada legal. Se reunir com seus amigos e tocar umas coisas próprias, acho que é uma das melhores sensações que existem", afirma.

Para ele, o Porão cumpre um papel que poucos festivais assumem. Grandes cenas surgem onde menos se espera. "Nos anos 90, no Recife, surgiu o Mangue Beat, que acho que é a grande última revolução da música no Brasil. Nos últimos dez anos, vieram quatro ou cinco bandas de Goiânia que eram todas muito boas". O festival reconhece que a música brasileira não se resume ao eixo São Paulo-Rio, e é exatamente nesse espírito que o guitarrista e vocalista Bruno Paschoal deixa o recado para quem sobe ao palco nas seletivas: "Trabalhem bastante nos seus shows ao vivo, que isso impacta muito, e não desistam nunca. Vão sempre tentando porque uma hora a coisa acontece". **(Especial para O HOJE)**

LIVRARIA

Cirurgião plástico assina suspense de alto risco com DNA cinematográfico

Obra do médico José Roberto da Costa Pereira apresenta a toxina botulínica como peça-chave de um plano mundial de bioterrorismo

Conhecida mundialmente como uma substância segura para aplicações médicas, terapêuticas e estéticas, a toxina botulínica também é considerada um dos venenos mais letais do mundo. É a partir dessa perigosa dualidade que José Roberto da Costa Pereira, médico, cirurgião plástico, nutrólogo e escritor, desenvolve a narrativa de "Overdone - A beleza que mata".

Com mais de quatro décadas de experiência clínica, o autor coloca a toxina botulínica como a peça-chave de um plano de bioterrorismo de alcance internacional arquitetado pelo vingativo Roberto Dias, estudante de medicina expulso da faculdade após um trote universitário trágico e "intolerante à feiura".

Para viabilizar a operação assassina, Dias conta com o apoio de uma estrutura formada por equipes independentes espalhadas pelo globo. Com cenários que percorrem cidades como São Paulo, Paris, Berlim e Nova York, o livro apresenta uma trama de suspense pronta para ser adaptada ao cinema.

A partir da própria vivência profissional, José Roberto da Costa Pereira incorpora à obra detalhes científicos sobre o funcionamento, processos de produção e os efeitos negativos da toxina botulínica no organismo humano. Esses elementos aproximam a ficção de um cenário plausível e reforçam a inquietante sensação de que uma tragédia nessa escala pode acontecer também na vida real.

Entre perseguições, conspirações internacionais e personagens movidos por interesses distintos, a narrativa



revela como decisões individuais podem desencadear consequências de grande impacto. Em uma realidade em que a busca pela juventude eterna, status e reconhecimento movimentam mercados bilionários, o autor coloca em pauta temas como a obsessão pela aparência perfeita, o exibicionismo médico e os limites éticos que cercam o uso do conhecimento científico.

O autor utiliza referências a figuras históricas, literárias e da cultura pop para ilustrar diferentes manifestações de vaidade, beleza e o desejo humano de transformação

estética, conectando passado e presente. Embora totalmente ficcional, a riqueza de detalhes e informações tornam esta aventura totalmente verossímil aos olhos dos leitores.

José Roberto da Costa Pereira é médico, cirurgião plástico e nutrólogo em atividade, formado pela Faculdade de Ciências Médicas de Santos (FCMS). Em sua estreia na literatura, leva para a ficção a experiência acumulada ao longo da carreira, explorando temas ligados à ciência, à ética e aos limites do uso do saber científico. **(Especial para O HOJE)**

É a partir dessa perigosa dualidade que José Roberto da Costa Pereira, médico, cirurgião plástico, nutrólogo e escritor, desenvolve a narrativa de "Overdone - A beleza que mata"



CELEBRIDADES

Tadeu Schmidt reaparece abatido após fim do BBB 26

Tadeu Schmidt reapareceu abatido após fim do BBB 26. O apresentador do reality show, que terminou na última terça-feira (21), postou um vídeo no fim da tarde desta quinta-feira (23) contando que, após o fim de todos os compromissos profissionais, começou a sentir um cansaço que não havia sentido desde o começo do programa.

"Engraçado como o corpo sabe. Agora que acabou, ele cobrou tudo. Hora de descansar", escreveu Tadeu na legenda do vídeo. Na gravação, ele explicou um pouco mais de como

estava. Tadeu disse que conseguiu fazer algo que não fazia há muito tempo: dormir mais de sete horas seguidas.

"Impressionante como é o corpo da gente, né? Estou sentindo agora um cansaço que eu não senti em nenhum momento dos sessenta e poucos dias de BBB. Mas agora que acabaram os últimos compromissos com o Big, dormi mais de sete horas e não consegui acordar", explicou ele, que mesmo assim não conseguiu recuperar a energia.



AGENDA CULTURAL

SÁBADO

Sarau

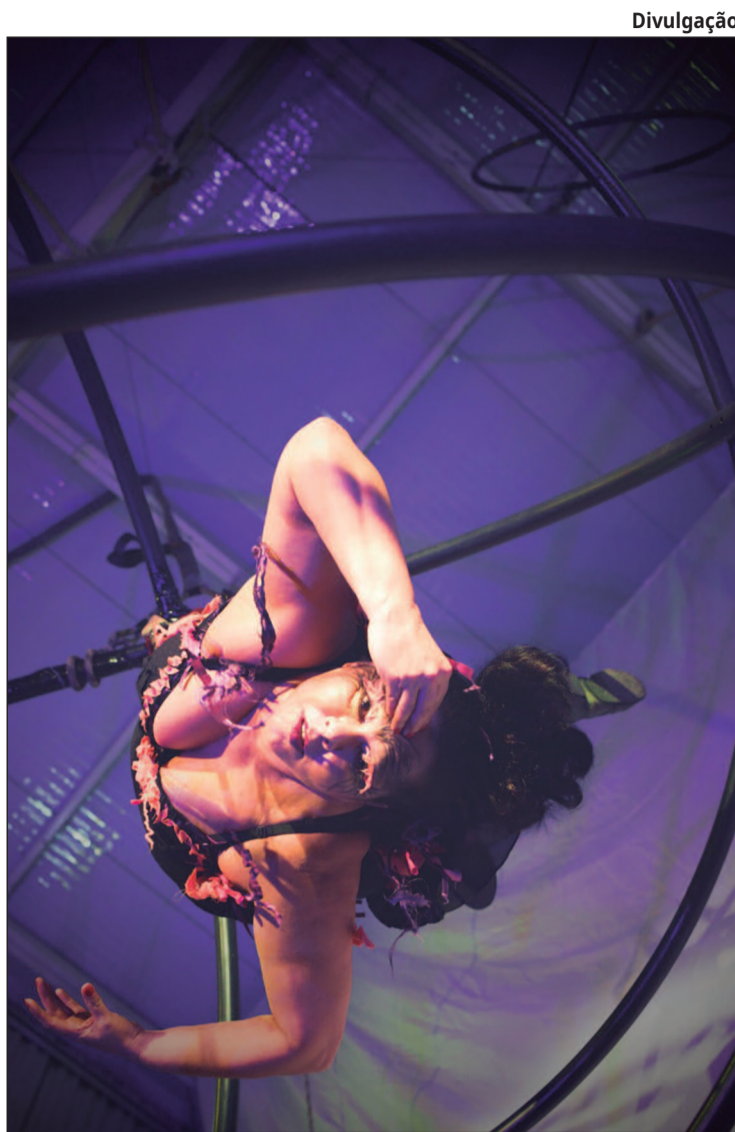
O Esparta Arte e Cultura recebe neste sábado (25) a última edição do Sarau na Lua, com microfone aberto para apresentações de poesia, música e performances. A ação integra o projeto “Esparta e Companhia”, que celebra a trajetória do espaço dedicado às artes e à formação cultural. Quando: sábado (25), às 20h. Onde: Esparta Arte e Cultura, no Jardim Atlântico. Entrada: gratuita.

Adoção responsável

O Shopping Cerrado realiza neste sábado (25) mais uma edição do MiauDote, evento voltado à adoção consciente de cães e gatos, em parceria com o Abrigo da Vê. Ao todo, 32 animais — entre filhotes e adultos — estarão disponíveis, todos vacinados e vermifugados, com orientações e triagem para os adotantes. Quando: sábado (25), das 11h às 17h. Onde: Shopping Cerrado, em Goiânia. Entrada: gratuita, com adoção mediante cadastro e taxa.

Turnê “Pai e Filho”

Almir Sater e Gabriel Sater sobem ao palco neste sábado (25) com a turnê inédita “Pai e Filho”, em Centro de Convenções da PUC Goiás. O espetáculo reúne gerações em uma apresentação que percorre clássicos da música de raiz e momentos marcantes da carreira dos artistas. Quando: sábado (25), às 21h30. Onde: Centro de Convenções da PUC Goiás, em Goiânia. Entrada: ingressos a partir de R\$ 200, com



Divulgação

Esparta Arte e Cultura celebra 15 anos de atuação contínua, abrindo aulas, ensaios, apresentações e intercâmbios artísticos

vendas online.

Espetáculo infantil

O Shopping Cerrado recebe neste domingo (26) o espetáculo infantojuvenil “Estrelas do K-Pop”, apresentado pelo grupo Ilumini Personagens Vivos. A atração reúne coreografias e performances inspiradas no universo do K-pop, com proposta interativa para o público e sessão de fotos ao final. Quando: domingo (26), às 17h. Onde: Shopping Cerrado, em Goiânia. Entrada: gratuita.

DOMINGO

Teatro infantil

O Teatro Zabriskie recebe neste domingo (26) a estreia do espetáculo “Ditirambo Mágico”, da Cia de Teatro Sala 3. A montagem cênico-musical, voltada ao público infanto-juvenil, propõe uma viagem lúdica pela história do teatro, das primeiras manifestações humanas às formas contemporâneas, com interação direta com a plateia. Quando: domingo (26), às 18h. Onde: Teatro Zabriskie, em Goiânia. Entrada: gratuita, com retirada

de ingressos pelo Sympla.

Gastronomia

O Café Fest 2026 recebe neste domingo (26) as aulas da Cozinha Show do Senac Goiás, no Centro Cultural Oscar Niemeyer. A programação inclui demonstrações ao vivo com receitas que exploram o café na culinária, como crepe com creme de ricota e risoto com o grão. Quando: domingo (26), das 10h30 às 18h30. Onde: Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia. Entrada: ingressos pelo Sympla.

Espetáculo infantil

O Shopping Cerrado recebe neste domingo (26) o espetáculo infantojuvenil “Estrelas do K-Pop”, apresentado pelo grupo Ilumini Personagens Vivos. A atração reúne coreografias e performances inspiradas no universo do K-pop, com proposta interativa para o público e sessão de fotos ao final. Quando: domingo (26), às 17h. Onde: Shopping Cerrado, em Goiânia. Entrada: gratuita.

Teatro

O Teatro Municipal de Anápolis recebe neste domingo (26) o espetáculo “Republikkk ou Encruzilhada Não É Beco”, do coletivo Teatro Gueroba. A montagem propõe uma reflexão sobre memória, pandemia e os múltiplos territórios do Brasil, em uma encenação que aposta na força visual e sensorial. Quando: domingo (26), às 20h. Onde: Teatro Municipal de Anápolis. Entrada: gratuita, com ingressos pelo Sympla.

HORÓSCOPO

ÁRIES

(21/3 - 20/4)



O dia favorece decisões rápidas e atitudes diretas. Situações que estavam travadas começam a andar, desde que haja iniciativa.

TOURO

(21/4 - 20/5)



Atenção às finanças e aos pequenos gastos do dia a dia. O momento pede organização e planejamento. Relações pessoais ganham mais estabilidade, mas exigem paciência.

GÊMEOS

(21/5 - 20/6)



A comunicação estará em destaque, facilitando negociações e contatos. Ideias surgem com facilidade, mas será preciso foco para colocá-las em prática. No amor, conversas podem esclarecer mal-entendidos.

CÂNCER

(21/6 - 21/7)



O dia pede mais introspecção e cautela com emoções. Evite assumir responsabilidades que não são suas. No trabalho, mantenha discrição. No campo afetivo, valorize momentos mais tranquilos.

LEÃO

(22/7 - 22/8)



Projetos em grupo e amizades ganham força. O momento favorece parcerias e trocas de ideias. No trabalho, destaque-se pela liderança, mas sem impor opiniões. No amor, o clima tende a ser leve.

VIRGEM

(23/8 - 22/9)



A carreira entra em foco, com chances de reconhecimento. Organização será a chave para aproveitar oportunidades. Evite cobranças excessivas. Na vida pessoal, busque equilíbrio entre trabalho e descanso.

LIBRA

(23/9 - 22/10)



O dia favorece novos aprendizados e mudanças de perspectiva. Questões antigas podem ser vistas de outra forma. No amor, evite indecisões. Uma boa fase para planejar viagens ou estudos.

ESCORPIÃO

(23/10 - 21/11)



Transformações internas marcam o período. É hora de encarar questões profundas e resolver pendências.

SAGITÁRIO

(22/11 - 21/12)



Relacionamentos ganham destaque. Parcerias, tanto pessoais quanto profissionais, exigem diálogo e compreensão. Evite agir de forma precipitada. O dia favorece acordos e reconciliações.

CAPRICÓRNIO

(22/12 - 20/1)



A rotina pede mais disciplina e cuidado com a saúde. Pequenas mudanças podem trazer grandes resultados.

AQUÁRIO

(21/1 - 19/2)



Criatividade e espontaneidade marcam o dia. Atividades que tragam prazer estarão favorecidas. No trabalho, pense fora da caixa.

PEIXES

(20/2 - 20/3)



Questões familiares e emocionais ganham destaque. O dia pede acolhimento e compreensão. Evite conflitos desnecessários.



Gabriel Louza/O HOJE

A experiência foi decisiva para sua carreira

Ricardo Prudente relembra trajetória e pioneirismo do CrossFit no Brasil

No episódio do Manda Vê com Elas, apresentado por Juan Alaesse, Marília Sylwitch e Ludmila Pain, o convidado foi Ricardo Prudente, profissional de educação física e um dos pioneiros na introdução do CrossFit no Brasil.

Com mais de 20 anos de formação em educação física, Ricardo Prudente iniciou sua trajetória no CrossFit ao realizar o curso de nível 1 nos Estados Unidos. A experiência foi decisiva para sua carreira. “Depois disso minha vida mudou. Foi ali que encontrei um novo sentido para a profissão”, afirma. De volta ao Brasil, ele fundou a academia Punk, consolidando-se como um dos nomes pioneiros da modalidade no país.

Antes de se consolidar no CrossFit, Ricardo Prudente já havia passado por diferentes áreas da educação física, incluindo aulas de spinning. Durante o podcast, a apresentadora Ludmila Pain relembrou a experiência como aluna do profissional e destacou sua condução diferenciada em sala.

Segundo ela, mesmo com poucas falas, Prudente conseguia transformar cada aula em uma experiência marcante. “Ele falava bem pouco, mas as músicas que ele selecionava faziam com que a gente acelerasse o ritmo e também desacelerasse. As pessoas faziam filas para participar das aulas”, contou.

Ao ser questionado sobre

o que motivava a criação de experiências diferenciadas em suas aulas, Ricardo Prudente destacou a busca constante por inovação como principal fator. Segundo ele, era fundamental que o trabalho tivesse sentido pessoal. “Sempre procurei fazer algo diferente, inovar e estudar muito para isso. Sou bastante crítico, então buscava entregar o meu melhor para cada aluno”, afirmou.

Ao refletir sobre o propósito da profissão, Ricardo Prudente questiona a motivação inicial de muitos alunos e amplia o debate sobre o papel do treinamento físico. Segundo ele, embora a busca estética ainda seja um dos principais fatores que

levam pessoas às academias, o trabalho vai além.

“Treinar só para ficar bonito é o que muitas pessoas procuram, mas será que é só isso? Eu entendi que treinar é dar capacidade de trabalho, funcionalidade, proporcionar uma vida melhor. Talvez a pessoa não pense nisso no início, mas além de entregar o que ela busca, também desenvolvo habilidades esportivas e um uso muito mais funcional do corpo”, afirmou.

Para conferir a entrevista completa com Ricardo Prudente, acesse o canal oficial do podcast no YouTube e acompanhe todos os detalhes da conversa. **(Leticia Marielle, especial para O HOJE)**

CINEMA

Divulgação



A história de Michael Jackson, desde seus primeiros dias no Jackson 5 até alimentar uma busca implacável para se tornar o maior artista do mundo no filme "Michael"

EM CARTAZ

Michael (EUA, 2026). Duração: 2h 08min. Direção: Antoine Fuqua. Elenco: Jaafar Jackson, Colman Domingo, Nia Long. Gênero: Biografia. Cinemark Flamboyant: 15h20, 18h20, 21h20, 20h, 13h, 16h, 19h, 16h20, 19h20, 22h15, 21h30, 20h40, 22h. Kinoplex: 20h, 20h15, 21h20. Moviecom: 20h20, 21h30.

Cinco Tipos de Medo (BRA, 2026) Duração: 1h 30min. Direção: Bruno Bini. Elenco: Bella Campos, Xamã, João Vitor Silva. Gênero: Ação. Cinemark Flamboyant: 11h, 12h. Cineflix: 15h.

Advogado de Deus (BRA, 2026) Duração: 1h 57min. Direção: Wagner de Assis. Elenco: Nicolas Prattes, Danilo Mesquita, Lorena

Comparato. Cinemark Flamboyant: 11h, 14h25, 17h20, 20h20, 12h, 15h25, 18h10, 20h50, 15h20, 18h30, 21h10, 15h30, 18h45, 21h45, 16h40, 19h30, 22h15.

Maldição da Múmia (EUA, 2026) Duração: 2h 14min. Direção: Lee Cronin. Elenco: Jack Reynor, Laia Costa, May Calamawy. Gênero: Drama. Cinemark Flamboyant: 12h, 15h, 17h50, 20h45, 12h15, 15h15, 18h30, 21h45, 13h, 15h50, 18h45, 21h45, 14h30, 17h30, 20h30, 13h, 16h20, 14h, 16h50, 14h30. Cineflix: 16h20, 19h10, 22h.

Cara de um, Focinho de Outro (EUA, 2026) Duração: 1h50min. Direção: Josh Greenbaum. Elenco: Will Ferrell, Jamie Foxx. Gênero: Comédia, Família. Cinemark Flamboyant: 14h00, 14h30. Cineflix: 14h40.

Super Mario Galaxy: O Filme (EUA, 2026) Duração: 1h45min. Direção: Aaron Horvath, Michael Jelenic. Elenco: Chris Pratt, Anya Taylor-Joy, Charlie Day, Jack Black. Gênero: Animação, Aventura, Comédia. Cinemark Flamboyant: 12h, 14h30, 17h, 19h45, 13h15, 13h40, 14h15, 16h30, 12h20, 15h20, 18h30, 21h25, 13h30, 16h, 18h45, 19h30, 22h, 19h, 22h15. Cinemark Passeio das Águas: 12h00, 12h40, 12h45, 14h00, 14h15, 14h30, 14h45, 15h10, 15h20, 16h00, 16h15, 16h30, 16h40, 16h45, 17h00, 17h10, 17h15, 18h00, 18h30, 18h45, 19h00, 19h20, 19h30, 19h40, 19h45, 20h30, 20h40, 21h00, 21h20. Cineflix: 14h20, 14h40, 16h00, 16h50, 17h10, 18h20, 19h10, 19h30, 20h40, 21h30.

Uma Segunda Chance (EUA, 2026) Duração: 2h00min. Direção: Vanessa Caswill. Elenco:

Maika Monroe, Tyriq Withers. Gênero: Drama, Romance. Cinemark Passeio das Águas: 21h40, 22h00. Cineflix: 21h10.

Velhos Bandidos (Brasil/EUA, 2026) Duração: 1h33min. Direção: Cláudio Torres. Elenco: Fernanda Montenegro, Ary Fontoura, Bruna Marquezine. Gênero: Comédia. Cinemark Flamboyant: 12h00, 12h15, 13h40. Cinemark Passeio das Águas: 12h00, 12h20, 22h00, 22h15. Cineflix: 14h35, 19h00.

O Drama (EUA, 2026) Duração: 1h45min. Direção: Kristoffer Borgli. Elenco: Robert Pattinson, Zendaya, Alana Haim. Gênero: Drama. Cinemark Flamboyant: 13h20, 15h50, 18h45, 21h45, 14h45, 17h15, 20h10, 13h30, 20h, 22h30, 14h15, 17h15, 20h, 16h, 18h30. Cinemark Passeio das Águas: 13h00, 14h00, 15h40, 16h30, 18h15, 18h30,







19h00, 21h10, 21h15, 21h40. Cineflix: 17h00, 19h20, 21h40.

Cinco Tipos de Medo (Brasil, 2026) Duração: 1h48min. Direção: Bruno Bini. Elenco: Bella Campos, João Vitor Silva, Rui Ricardo Diaz. Gênero: Terror. Cinemark Flamboyant: 12h00, 16h20, 17h00, 21h40, 22h15. Cinemark Passeio das Águas: 12h15, 13h30, 14h30, 17h40, 19h00, 19h15. Cineflix: 16h40, 21h50.

Devoradores de Estrelas (EUA, 2026) Duração: 2h40min. Direção: Phil Lord, Christopher Miller. Elenco: Ryan Gosling, Sandra Hüller, Milana Vayntrub. Gênero: Ação, Ficção Científica. Cinemark Flamboyant: 12h45, 16h15, 14h15, 17h45, 21h35, 14h, 17h30, 21h40, 14h45, 14h10. Cinemark Passeio das Águas: 12h30, 14h15, 17h40, 20h20, 21h00, 21h30



NA HORA DE FAZER SUA PUBLICIDADE LEGAL, ESCOLHA A CREDIBILIDADE

-  **21 anos de história**
-  **34 mi de impressões nas redes sociais**
-  **22 mil exemplares impressos diariamente e 1.7 mi assinaturas digitais**
-  **Abrangência em Goiás e Distrito Federal**
-  **Impresso e digital com acesso livre**
-  **Visibilidade nacional**

GRUPO
O HOJE



TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ

Negócios



Fotos: Divulgação

Consumo avança 39% e reforça força da carne no mercado brasileiro

Churrasco movimentou R\$ 1,2 bi e cresce no foodservice goiano

Goiás e Goiânia se destacam como polos de produção e consumo, impulsionando toda a cadeia

Otávio Augusto

Mais do que uma tradição cultural, o churrasco se consolida como um dos motores do consumo no foodservice brasileiro. Em 2025, o segmento movimentou R\$ 1,2 bilhão, crescimento de 39% em relação ao ano anterior, segundo o Instituto Foodservice Brasil (IFB). O volume de mais de 50 milhões de transações, alta de 6%, evidencia que o hábito segue em expansão, mesmo em um cenário de pressão sobre o orçamento das famílias.

A data de 24 de abril, conhecida como Dia do Churrasco, funciona mais como um marco simbólico de um costume já incorporado ao cotidiano do brasileiro, dentro e fora de casa.

Consumo concentrado no almoço

Os dados mostram um padrão claro: 66% do consumo de churrasco ocorre no horário de almoço, o que reforça a força da categoria no dia a dia e não apenas em ocasiões especiais. Além disso, mais de 83% dos consumidores têm mais de 25 anos, indicando que o hábito está consolidado entre



o público adulto.

Esse perfil ajuda a explicar a estabilidade da demanda, mesmo diante de oscilações econômicas. O churrasco mantém sua relevância tanto em momentos de lazer quanto como opção prática de refeição fora do lar.

Presença forte em diferentes faixas de consumo

O levantamento também revela que o churrasco está presente em diferentes forma-

tos de estabelecimentos. Locais com menor gasto por cliente concentram 28% das ocasiões, seguidos por restaurantes à la carte, com 17%, e estabelecimentos de maior tíquete médio, com 13%.

Essa capilaridade amplia o alcance do produto, que vai desde refeições mais acessíveis até experiências gastronômicas mais sofisticadas. Ao mesmo tempo, cria oportunidades para negócios de diferentes portes, especialmente em cidades de médio e grande porte.

Goiás se destaca na produção e consumo

No Centro-Oeste, Goiás ocupa posição estratégica nesse mercado, tanto como produtor quanto como consumidor de carne bovina. O estado está entre os principais do país no abate de bovinos, com um rebanho superior a 20 milhões de cabeças, segundo dados do IBGE.

Goiânia, por sua vez, se consolida como um polo relevante de consumo. A capital reúne uma ampla rede de açougues, distribuidores e restaurantes especializados, além de forte tradição em churrasarias e eventos gastronômicos ligados à carne.

Esse cenário favorece toda a cadeia produtiva, desde o campo até o varejo e o foodservice, gerando empregos e movimentando a economia local.

Prazer e conveniência guiam o consumo

Entre os principais motivadores, o consumo por indulgência, comer por prazer, segue como fator central e estável. O churrasco permanece associado a momentos de convivência, lazer e socialização, o que sustenta sua atratividade.

Por outro lado, o consumo por hábito apresentou leve recuo em relação a 2024, sinalizando uma possível mudança no comportamento do consu-

midor, ainda que sem impacto significativo no volume total.

Segundo Ingrid Devisate, vice-presidente executiva do IFB, o churrasco continua sendo uma ocasião relevante, diretamente ligada ao prazer e à experiência coletiva.

Cadeia produtiva e tendências de mercado

O crescimento do segmento também acompanha transformações na cadeia da carne. O Brasil segue como um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo, enquanto o mercado interno se adapta a novas demandas, como cortes premium, rastreabilidade e maior qualidade.

No foodservice, ganham espaço modelos que combinam conveniência e experiência, como marmitas premium, delivery especializado e casas focadas em cortes diferenciados.

Em Goiás e Goiânia, essa tendência se reflete na diversificação dos negócios, com desde pequenos empreendimentos até operações mais estruturadas voltadas ao consumo urbano.

Combinando tradição cultural, força produtiva e adaptação ao novo perfil do consumidor, o churrasco se mantém como um dos segmentos mais dinâmicos do varejo alimentar brasileiro, e com espaço para continuar crescendo nos próximos anos. (Especial para O HOJE)





EDITAIS

JOSÉ FRANCISCO MELO CINTRA (CPF nº 879.950.341-72) torna público que requereu a Licença Ambiental Simplificada – LAS para a atividade de barragem, com o objetivo de renovar a Licença de Instalação – LI nº 021/2024, bem como solicitou a renovação dos Registros de Licenciamento – RL nº 004/2024, nº 005/2024 e nº 006/2024, referentes à atividade de lavoura de seqüeiro e irrigada, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Firmópolis, situadas nas Fazendas Pai Felipe, localizadas na zona rural, CEP 76105-000, no município de Firmópolis – GO.

BAIXE O APLICATIVO O HOJE NAS PLATAFORMAS IOS E ANDROID LEIA TAMBÉM NO www.ohoje.com

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
 1º LEILÃO: 15 de junho de 2026, às 14h30min.
 2º LEILÃO: 17 de junho de 2026, às 14h30min. (horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Heval, nº 1052, Belo Horizonte, São Paulo/SP CEP: 03062-000, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL, vem o dele conhecimento íter, que levará a LEILÃO PÚBLICO de modo PRESENCIAL E ONLINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor FIDUCIÁRIO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com força de escritura pública, firmado em 09/03/2018, com o(s) FIDUCIARTE(S) DANIELLE VINHADELLI DOS SANTOS PITAGALUGA, inscrita no CPF/MF nº 915.300.401-91, no dia 15/06/2026 em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 683.941,12 (seiscientos e oitenta e cinco mil novecentos e quarenta e duas reais e doze centavos), o imóvel matriculado sob nº 80.028 do Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição da Comarca de Goiânia/GO, constituído por "Apartamento nº 1204 - Box(es) de nº 97-97 A, do Residencial Terrazas Del Flamboyant, com área total de 185,07m², área privativa total de 129,87m² (sendo 104,87m² para o apartamento e 25,00m² para os boxes), e área comum de 55,20m², com seguinte divisão interna: Sala de estar/TV, varanda, circulação, 03 quartos (03 suítes), 03 banhos (sala, cozinha e área de serviço e 02 vagas de garagem (A+01) e respectiva fração ideal de 0,76320200% ou 20,42m² do lote de terreno urbano de nº 457/89/10, da quadra 07, situá à Rua Coronel Seráfico Aguiar, Avenida São João e na Coronel Ernesto Garcia, na Vila Maria José, em Goiânia/GO, com área total de 2.675,00m², medindo 50,00m de frente para a Rua Coronel Seráfico Aguiar, 60,00m de fundo, confrontando com os lotes 03 e 11, 40,00m pelo lado direito, confrontando com a Avenida São João, 40,00m pelo lado esquerdo, confrontando com a Rua Coronel Ernesto Garcia, 7,07m de chafarizado – na Rua Coronel Seráfico Aguiar com a Rua Coronel Ernesto Garcia, 7,07m de chafarizado – na Rua Coronel Seráfico Aguiar com a Avenida São João", Cadastro Municipal: 205.019.0301.040 (Av.12). Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.14 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. ONUS: Constatam após judiciais, processos nºs 9128911-68.2023.8.09.0051 e 994869-27.2025.8.09.0051. Caso não haja licitante em primeiro leilão, bem como já designado o dia 17/06/2026, no mesmo local, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 686.299,34 (seiscientos e noventa e seis mil duzentos e noventa e nove reais e quatro centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeloes.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Outras informações no site do Leiloeiro(a): www.FrazaoLeloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02-24520_MB_350-01).

O HOJE NO SEU WHATSAPP



O HOJE
 TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ!

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
 1º LEILÃO: 13 de maio de 2026, às 14h30min. (horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 328, com escritório na Rua Minas Gerais, nº 316, O. 62, Higienópolis, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL, vem o dele conhecimento íter, que levará a LEILÃO PÚBLICO de modo SOMENTE ONLINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, devidamente autorizada pelo Credor FIDUCIÁRIO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, inscrita no CNPJ sob nº 90.400.888/0001-42, com sede em São Paulo/SP, à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Conj. 281, Bloco A, Vila Nova Conceição, nos termos do Instrumento Particular com eficácia de escritura pública, nº 0010228277, firmado em 05/05/2021, com o FIDUCIARTE EDUARDO VIEIRA RIBEIRO DE SOUZA, brasileiro, professor, solteiro, maior, portador do RG nº 2859591-SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob nº 033.832.511-52, residente e domiciliado em Brasília/DF, no dia 13 de maio de 2026 em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 208.080,97 (duzentos e oito mil e oitenta reais e nove e sete centavos), o qual encontra-se atualizado conforme disposições contratuais, o imóvel constituído pela Casa nº 02, localizada no pavimento Térreo do Residencial Tucano, situada na Rua 34, s/nº, Lote 19, da Quadra 79, Parque Nápolis B, Cidade Ocidental/GO, com direito a vaga nº 02, Área privativa: 71,19m² e Área total: 180,00m², melhor descrito na matrícula nº 38.115 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Cidade Ocidental/GO. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da Lei 9.514/97. Consta na Av.2, Pastimão de alienação. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 160.086,50 (cento e sessenta mil e oitenta e seis reais e cinquenta centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portaltzuk.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEAJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE: www.portaltzuk.com.br. Informações pelo Whatsapp: (11) 99514-0467 ou pelo e-mail contato@portaltzuk.com.br (Dossiê 26660).

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
 1º LEILÃO: 11 de maio de 2026, a partir das 10h20min
 2º LEILÃO: 13 de maio de 2026, a partir das 14h20min (horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Dr. João Marques Maurício, nº 269 - Gramado - Embu das Artes/SP - CEP: 06816-040, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL, vem o dele conhecimento íter, que levará a LEILÃO PÚBLICO de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor FIDUCIÁRIO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, nº 0010408340, firmado em 20/11/2023 e da Cédula de Crédito Bancário, nº 0010491774, firmado em 22/01/2025, com o FIDUCIARTE LUCIANO FERREIRA LUIZ, maior, inscrito no CPF nº 600.283.781-72, casado sob o regime da separação total de bens, na vógracia da lei 6.515/77 com NILJANE RENDEDE DE OLIVEIRA, brasileira, arquiteta, CPF/MF sob nº 626.009.821-91, no dia 11 de maio de 2026, a partir das 10h20min em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 1.367.000,00 (um milhão, trezentos e sessenta e sete mil reais), o imóvel matriculado sob nº 68.852 do Oficial de Registro de Imóveis de Jataí/GO, constituído pela Casa 02, situada na Rua Leopoldo de Bulhões, nº 2397, Vila Fátima, em Jataí/GO, com área de terreno de 261,14m² e área construída de 245,850m². Cadastro Municipal: 1032.031.103F008.000. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.04 e R.05 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 13 de maio de 2026, a partir das 14h20min, no mesmo local, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 1.029.996,90 (um milhão, vinte e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e nove e seis centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) hora do início do leilão. Outras informações no site do leiloeiro(a): Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou e-mail: moveis.sac@superbid.net. Dossiê: 02.28940.

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.
 CNPJ/MF nº 02.773.950/0001-84 - NIRE 522.007.648.05
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE SÓCIOS

Ficam os senhores sócios da Goiasa Goiatuba Alcool Ltda. ("Sociedade") convocados para a Reunião Ordinária de Sócios, na forma do art. 1.078 do Código Civil, a realizar-se de modo exclusivamente digital, no dia 30 de abril de 2026, em primeira convocação às 9h e, em segunda convocação, às 9h30, por meio de plataforma de videoconferência, que permitirá a participação e a votação à distância, mediante atuação remota, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, § 2º-A, a qual será considerada como realizada, para todos os efeitos, na Avenida Dr. Ruth Cardoso, Edifício Eldorado Business Tower, nº 8.501, 32º e 33º andares, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para: (i) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; e (iii) Informar aos Sócios o valor da remuneração dos administradores, conforme parâmetros fixados na Reunião Ordinária de Sócios de 22/07/2021. A íntegra dos documentos foi encaminhada aos Sócios por e-mail em 13/04/2026. Instruções Gerais: a) Para participação na Reunião, os representantes legais ou procuradores dos sócios deverão apresentar à Sociedade, preferencialmente com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato realizado há menos de 1 (um) ano, mediante envio de e-mail ao endereço secretaria@constitucap.com.br. b) A Sociedade informa que, nos termos da IN DREI nº 81/2020, e a fim de viabilizar a realização da Reunião de modo exclusivamente digital, divulgará aos sócios o link de acesso à plataforma de videoconferência e demais dados de acesso ao sistema eletrônico no dia anterior ao da realização da reunião. A participação na reunião, bem como o exercício do direito de voto nas deliberações das matérias constantes da ordem do dia serão realizados por meio de utilização do sistema eletrônico. O sistema eletrônico, nos termos da IN DREI nº 81/2020, também assegurará: (i) a segurança, a confiabilidade e a transparência da reunião; (ii) o registro da presença dos sócios e dos respectivos votos; (iii) a preservação do direito de participação da reunião à distância do sócio durante toda a reunião; (iv) o exercício do direito de voto a distância por parte do sócio, bem como o seu respectivo registro; (v) a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a reunião; (vi) a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos sócios; (vii) a gravação integral da reunião; e (viii) a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da reunião e pessoas cuja participação seja obrigatória.

São Paulo, 17 de abril de 2026
Julio Capobianco - Diretor Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Ficam convocados os/as professores/as empregados nas Instituições Privadas de Educação do (base territorial da entidade) Sinepro, inclusive do Senai, Senac, Sesi e Sesc, de educação infantil, ensino fundamental e médio, de cursos técnicos e de fundações, filiados/as e não filiados/as ao sindicato para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Rio Verde Goiás, situado na Rua Maria Silva Od. 60 Lt. 7 A, sl. 4 setor Morada do Sol, na cidade de Rio Verde – Goiás, em primeira CONVOCAÇÃO, às 8 horas, e, em segunda CONVOCAÇÃO, às 9 horas, do 4 de maio de 2026, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
 a) Autorização para assinatura de termo aditivo de natureza econômica à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), nos termos negociados com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Goiás (Sinepe), para vigorar a partir de 1º de maio de 2026;
 b) Aprovação de contribuição assistencial a ser descontada do salário do mês de junho de 2026 de todos os integrantes da categoria, filiados e não filiados, nos termos da tese com repercussão geral, fixada pelo STF, tema 935.

Rio Verde, 25 de abril de 2026
 Antonio Graciano Ribeiro,
 Presidente do SINTEERV 39771

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 O Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo, MMDs, DTH e Telecomunicações - SINISTAL, de acordo com o artigo 2º, incisos II, VI, artigo 19º, §1º do Estatuto Social vigente, c/c artigo 611 e seguintes da CLT, convoca todos os associados e não associados das empresas prestadoras de serviços e instaladoras de sistemas e redes de TV por assinatura, cabo, MMDs, DTH e Telecomunicações, Rede Externa, Planta Interna e Equipamentos do Estado do Goiás, para a Assembleia Geral de caráter permanente que será realizada no dia 29/04/2026 às 15:00hs em primeira convocação, e, em segunda convocação, às 15:30hs com qualquer número dos presentes, através de videoconferência no link: <https://bit.ly/prestadoras-go-26>, com a seguinte Ordem do Dia: I - Início dos debates e deliberações para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2026-2027, data-base MAIO; II - Fixação da Contribuição Assistencial Patronal e/ou outras taxas para a categoria; III - Outros assuntos.

Goiânia, 24 de abril de 2026
Vivien Mello Suruagy - Presidente

AGROPECUÁRIA SÃO FRANCISCO S/A
 CNPJ : 02.876.704/0001-58

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2025

	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	5.698.431,76	11.460.474,38
DISPONÍVEL	173.373,55	721.667,12
Caixa Geral	-	-
Depósitos Bancários	2.520,28	721.667,12
APLICAÇÕES	172.853,27	-
CREDITOS	5.523.058,21	10.738.807,26
Clientes	5.059.559,32	2.525.653,91
Contratos a receber	463.498,89	8.121.544,20
Estoques	-	1.742,00
Despesas Antecipadas	-	89.867,15
ATIVO NÃO CIRCULANTE	173.645.831,40	259.106.019,41
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	5.995.483,90	92.944.785,48
Clientes - LP	5.995.483,90	92.944.785,48
Pessoas Coligadas	-	-
INVESTIMENTOS	114.783.145,02	114.767.947,37
Participação Outras Empresas	196.740,38	181.542,73
Propriedades para investimento	114.586.404,64	114.586.404,64
IMOBILIZADO	52.967.536,27	51.435.993,05
DEPRECIACÃO	110.233,79	62.707,69
TOTAL DO ATIVO	179.344.263,16	270.566.493,79

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter a vossa apreciação as demonstrações financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Rio Verde-GO., 22 de Abril de 2025.

A DIRETORIA

(Valores em Reais Mil)

	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE	68.835.827,21	34.919.892,89
Salários e Encargos Sociais	6.862,47	6.275,72
Contas a Pagar	468.559,02	2.859.250,16
Contratos a Faturar	463.498,89	7.955.838,16
Obrigações Fiscais	37.198,46	277.146,69
Dividendos a pagar	43.219.708,37	821.382,16
Emprestimos a pagar	24.650.000,00	23.000.000,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	105.034.225,38	191.405.864,96
Contratos a Faturar	1.965.500,00	88.338.946,25
Pessoas Coligadas	97.418.899,61	99.630.571,57
Títulos a Pagar	-	-
Impostos a receber	1.749.825,77	2.276.347,14
Emprestimos a pagar	3.900.000,00	800.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.474.210,57	44.600.735,94
Capital Social	5.308.881,14	1.150.844,00
Reserva de Lucros	165.329,43	43.219.723,30
Lucro/Prejuízo do Exercício	165.329,43	230.168,64
TOTAL DO PASSIVO	179.344.263,16	270.566.493,79

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL	2.235.163,86	17.777.854,56
Receitas Líquidas	2.235.163,86	17.777.854,56
DESPESAS OPERACIONAIS	2.696.120,51	2.787.303,67
Despesas operacionais	1.590.962,87	1.361.170,04
Despesas Administrativas	602.181,49	451.336,85
Despesas Financeiras	445.349,45	952.514,82
Depreciação	57.526,70	22.281,96
RECEITA NÃO OPERACIONAL	574.109,58	1.234.240,44
Receitas Financeiras	574.109,58	1.065.828,83
Gainho de Capital	-	168.611,61
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDAC/SSL	177.999,61	2.010.969,77
Provisão IR/CSLL	177.999,61	2.010.969,77
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(64.846,68)	14.213.821,56

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2025	2024
VALORES RECEBIDOS DE CLIENTES	5.143.716,38	24.625.395,69
PAGAMENTO DE IMPOSTOS	(2.211.410,06)	(5.365.402,39)
PAGAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS	(21.505,63)	(25.358,63)
PAGAMENTO DE FINANCIAMENTO	(831.883,10)	(880.092,12)
PAGAMENTO DE PROLABORE	(65.329,96)	(55.436,41)
COMPRA DE IMOBILIZADO/INVESTIMENTO	(4.358.200,48)	(5.997.660,58)
EMPRESTIMOS	2.619.709,10	(9.065.706,04)
DISTRIB. DE LUCROS	(821.389,62)	(3.144.715,92)
= REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE	(546.293,57)	91.023,60
CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	721.667,12	630.643,32
CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	173.373,55	721.667,12
= REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE	(546.293,57)	91.023,60

DIRETOR: Paul Henri Madeline Maria Aernoudts
 Diretor Presidente

CONTADOR: Igor Cesar Leonardo
 Contador CRC: 15P257176/0-3 39762

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ACUMULADO

	2025	2024
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO	43.449.891,94	30.857.452,54
Lucro/Prejuízo Apurado	(64.846,68)	14.213.821,56
Reversão Depreciação	-	-
Distribuição de Lucros	43.219.715,83	1.421.382,16
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	165.329,43	43.449.891,94

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO

	2025	2024
RECEITAS	2.809.273,44	19.012.095,00
MATERIAS, ENERGIA, SERVIÇOS	1.014.337,20	72.375,50
INSUMOS	-	-
DEPRECIACÃO	57.626,70	22.281,96
= VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.737.309,54	18.217.437,54
PESSOAL	87.436,80	81.331,20
IMPOSTOS E CONTR. SOCIAIS	1.289.389,97	2.969.789,98
JUROS	445.349,45	952.514,82
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(64.846,68)	14.213.821,56
= DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.737.309,54	18.217.437,54

NOTAS EXPLICATIVAS:
 1 - OPERAÇÕES: Aluguéis de Imóveis Próprios
 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
 2.1 - Apresentação das demonstrações financeiras
 - Foram elaboradas de acordo com a lei das Sociedades Anônimas e legislação complementar (NBC/T 19.141)
 2.2 - Depreciação:
 - Foram calculadas, pelo método linear, sobre o custo corrigido dos bens, nas taxas permitidas pela legislação

VAGAS DE EMPREGO DO SINE GOIÁS

O Sine Estadual disponibiliza vagas de emprego em diversas áreas. Interessados comparecer nos locais de atendimento do SINE em Goiânia e Região Metropolitana, instalados nas Unidades Vapt Vupt ou em outros postos, munidos da carteira de trabalho, documentos pessoais e comprovante de endereço.

VAGAS
 Costureira de máquinas industriais
 Enfermeiro - Para atuar em centro cirúrgico e central de materiais e esterilização.
 Manicure - Que tenha pratica em unhas de gel e que saiba desenhar.
 Maquiador
 Mecânico de automóvel - Para trabalhar em autorizada de ar condicionado (veículos leves e pesados) como consultor técnico.
 Motorista de caminhão - CNH - D ou E. para trabalhar em obra de terraplenagem fora de Goiânia.
 Vendedor interno - para trabalhar em empresa de móveis planejados
 Vendedor praticista - para trabalhar em vidraçaria. Conhecimento em ramo de engenharia civil ou com vidro temperado
 Auxiliar de produção farmacêutica - Vaga exclusiva para PCD


[HTTP://maisemprego.mte.gov.br](http://maisemprego.mte.gov.br)

LOCAIS DE ATENDIMENTO:
 SINE GOIÁS
 Central de Vagas
 Vapt Vupt - Shopping Passeio das Águas
 Av. Perimetral Norte, 8303 - Fazenda Caveiras,
 Goiânia - GO, 74573-260

- Portal MTE Mais emprego

Balanco na Íntegra através do link:

<https://ohoje.com/publicidade-legal/▶-agropecuaria-sao-francisco-s-a-balanco-patrimonial-e-demonstracoes-financeiras-encerrado-em-31-de-dezembro-de-2024-e-2025/>



VAGAS DE EMPREGO E ESTÁGIO

EMPREGOS
 CONSULTOR DE MERCADO
 SUPERVISOR DE VENDAS
 ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
 ANALISTA DE PCP
 WEB MARKETING
 RECEPCIONISTA
 TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
 CONSULTOR(A) DE ATENDIMENTO ADVISER

Para concorrer às oportunidades de emprego anunciadas pelas empresas parceiras cadastre seu currículo GRATUITAMENTE, acesse: www.ielgo.com.br/emprego. Clique na opção "Cadastrar Currículo."

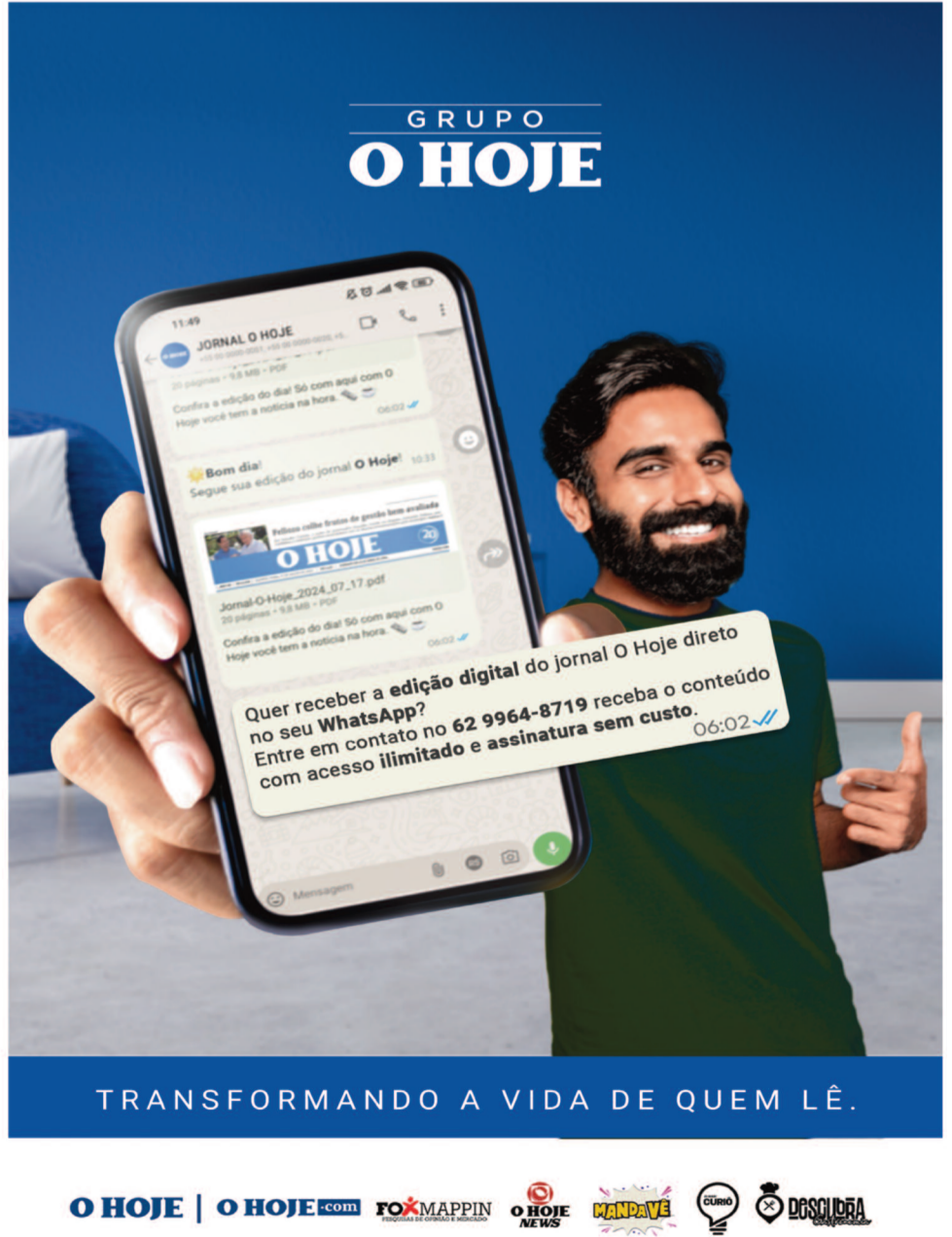
ESTÁGIOS
 Vagas por Área:
 ADMINISTRAÇÃO
 ENSINO MÉDIO
 PUBLICIDADE E PROPAGANDA
 TÉCNICO EM QUÍMICA
 TÉCNICO EM ALIMENTOS

Para contato, disponibilizamos o número de whatsapp (62) 9.9852-4246 ou (62) 9.9624-3600 de 2 a 6 feira das 08:00 as 18:00 hrs.

Para concorrer à vaga é necessário ter o currículo cadastrado gratuitamente no site (www.ielgo.com.br/estagio), clique em: "Quero me cadastrar."

FIGE
 SESI
 SENAI
 IEL
 ICQ BRASIL

GRUPO O HOJE









Quer receber a edição digital do jornal O Hoje direto no seu WhatsApp?
 Entre em contato no 62 9964-8719 receba o conteúdo com acesso ilimitado e assinatura sem custo.

TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ.

O HOJE | O HOJE.com | FOMAPPIN | O HOJE NEWS | MANEJAVE | CUBO | DISCOBORA



NA HORA DE FAZER SUA PUBLICIDADE LEGAL, ESCOLHA A CREDIBILIDADE

-  **21 anos de história**
-  **34 mi de impressões nas redes sociais**
-  **22 mil exemplares impressos diariamente e 1.7 mi assinaturas digitais**
-  **Abrangência em Goiás e Distrito Federal**
-  **Impresso e digital com acesso livre**
-  **Visibilidade nacional**



GRUPO
O HOJE

TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ

Concursos



Divulgação/STF

Supremo barra reabertura de etapas em concursos da PM e Bombeiros de Goiás

Supremo barra revisão em concursos militares de Goiás

Divulgação/CBM-GO

Decisão restringe alcance de regra que proibia limitação de vagas por gênero no Estado

Otávio Augusto

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu novos contornos para a aplicação da decisão que proibiu a limitação de vagas por gênero em concursos militares em Goiás. Ao julgar recursos nesta quinta-feira (23), a Corte estabeleceu que a medida não autoriza a reabertura de etapas já concluídas nem beneficia candidatas eliminadas ao longo do certame.

Na prática, o entendimento consolida que apenas candidatas que concluíram todas as fases e foram excluídas exclusivamente pelo critério de restrição de vagas para mulheres podem ser alcançadas pela decisão. Com isso, o STF restringe o impacto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.490 e reforça o princípio da segurança jurídica.

Decisão mantém nomeações de 2022

O julgamento analisou recursos apresentados nas Reclamações (RCLs) 77.893 e 78.401, que questionavam decisões judiciais que permitiram a reabertura de fases do con-



curso da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Goiás, realizado em 2022.

Por maioria, os ministros decidiram manter válidas as nomeações já efetivadas antes da decisão que declarou inconstitucional a limitação de vagas por gênero. A Corte já havia fixado, anteriormente, que as nomeações realizadas até 14 de dezembro de 2023 seriam preservadas.

O entendimento reafirma

que mudanças nas regras não podem retroagir de forma a comprometer concursos já finalizados, evitando instabilidade administrativa.

Reabertura de fases é rejeitada

Um dos pontos centrais do julgamento foi a discussão sobre a possibilidade de candidatas retornarem ao concurso após decisões liminares. Algumas participantes haviam con-

seguido, na Justiça, o direito de ter provas corrigidas e avançar no certame.

O STF, no entanto, rejeitou essa possibilidade. A maioria entendeu que candidatas eliminadas em fases intermediárias, seja por nota insuficiente ou por não avançarem nas etapas, não podem se beneficiar da decisão sobre cotas de gênero.

Assim, ficou estabelecido que não haverá reabertura de etapas nem revisão de provas já encerradas.

Segurança jurídica prevalece

Prevaleceu no julgamento o voto do ministro Luiz Fux, que destacou os riscos de instabilidade caso o Supremo autorizasse a revisão ampla do concurso.

Segundo ele, permitir a nomeação de candidatas que avançaram por decisões provisórias, sem cumprir todos os requisitos do edital, poderia gerar insegurança jurídica. "Admitir a nomeação dessas candidatas tem gerado severas inseguranças jurídicas", afirmou.

A posição foi acompanhada pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, André Mendonça e Alexandre de Moraes. Dino reforçou que reabrir etapas exigiria, inclusive, a reconstituição da banca examinadora, o que dificultaria a

gestão pública e comprometeria a lisura do processo.

Divergência aponta desequilíbrio de gênero

Ficaram vencidos o relator, ministro Nunes Marques, e os ministros Dias Toffoli e Edson Fachin. Para eles, os recursos apresentados pelo Estado de Goiás representavam apenas discordância em relação à decisão que proibiu a restrição de gênero.

Fachin chamou atenção para possíveis distorções no edital de 2022. Segundo o ministro, o modelo adotado favoreceu candidatos homens ao permitir que um número maior de provas fosse corrigido nas fases iniciais, o que poderia perpetuar desigualdades já consideradas inconstitucionais pelo próprio STF.

Apesar da divergência, prevaleceu o entendimento majoritário de que a preservação da segurança jurídica deve orientar a aplicação da decisão.

A decisão do STF consolida dois efeitos principais para os concursos militares em Goiás. Primeiro, confirmará que futuras seleções não poderão estabelecer qualquer distinção de gênero. Segundo, limita os efeitos retroativos da decisão, impedindo alterações em concursos já concluídos. (Especial para O HOJE)

Divulgação

